

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARGANIL

VOLUME 7

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

RESUMO NÃO TÉCNICO

NOVEMBRO 2012



Índice

1. Introdução.....	5
2. Metodologia da Avaliação Ambiental Estratégica	6
3. Objeto de Avaliação da proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Arganil.....	7
3.1. Objeto de Avaliação.....	7
3.2. Alternativas de Localização.....	12
4. Elementos determinantes para a definição dos Fatores Críticos para a Decisão	14
4.1. Opções Estratégicas e Objetivos Estratégicos da proposta de revisão do PDM de Arganil	14
4.2. Definição do Quadro de Referência Estratégico para a proposta de revisão do PDM de Arganil	15
4.3. Identificação dos Fatores Ambientais relevantes para a proposta de revisão do PDM de Arganil	18
5. Fatores Críticos para a Decisão.....	19
5.1. Descrição dos Fatores Críticos para a Decisão e seus Objetivos	19
5.1.1. Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade.....	19
5.1.2. Biodiversidade e Conservação da Natureza	24
5.1.3. Qualidade Ambiental	27
5.1.4. Património Cultural e Turismo	31
5.1.5. Riscos Ambientais.....	34
5.2. Situação existente e análise de tendências.....	38
5.2.1. Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	38
5.2.2. Biodiversidade e Conservação da Natureza	39
5.2.3. Qualidade Ambiental.....	40
5.2.4. Património Cultural e Turismo.....	41
5.2.5. Riscos Ambientais.....	41
5.3. Efeitos esperados da proposta de revisão do PDM de Arganil por Fator Crítico para a Decisão.....	43
5.3.1. Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	43
5.3.2. Conservação da Natureza e Biodiversidade	45
5.3.3. Qualidade Ambiental	47
5.3.4. Património Cultural e Turismo.....	49
5.3.5. Riscos Ambientais.....	50
5.4. Oportunidades e Ameaças para o ambiente previstas com a implementação da proposta de revisão do PDM de Arganil.....	53

5.4.1. Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	53
5.4.2. Biodiversidade e Conservação da Natureza	54
5.4.3. Qualidade Ambiental	54
5.4.4. Património Cultural e Turismo	55
5.4.5. Riscos Ambientais	55
5.5. Diretrizes para Seguimento	56
5.5.1. Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	56
5.5.2. Biodiversidade e Conservação da Natureza	58
5.5.3. Qualidade Ambiental	59
5.5.4. Património Cultural e Turismo	61
5.5.5. Riscos Ambientais	61
6. Orientações para a Implementação de um Plano de Controlo.....	64
7. Quadro de Governança para a Ação	65
8. Considerações Finais.....	67

LISTA DE ACRÓNIMOS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
ENE	Estratégia Nacional para a Energia
FA	Fatores Ambientais
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
PANCD	Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação
PBH – Rio Mondego	Plano Bacia Hidrográfica do Rio Mondego
PDM	Plano Diretor Municipal
PEAASAR II	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II
PEN -DR	Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo
PEPS	Proposta para a Estratégia de Proteção dos Solos
PERSU II	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos
PMDFCI – Arganil	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio de Arganil
PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território
PNA	Plano Nacional da Água
PNAAS	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde
PNAC	Plano Nacional de Alterações Climáticas
PNPOT	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
PNUEA	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
POA - Fronhas	Plano de Ordenamento da Albufeira das Fronhas
PPO - APPSA	Proposta para o Plano de Ordenamento da Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor
PRN – 2000	Plano Rodoviário Nacional - 2000
PROF - PIN	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte
PROT - C	Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro
PSRN 2000	Plano Sectorial da Rede Natura 2000
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégico
RA	Relatório Ambiental
RFC	Relatório de Fatores Críticos

1. Introdução

A **Avaliação Ambiental Estratégica** (AAE) de Planos é um procedimento obrigatório em Portugal que resulta da publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio) que por sua vez decorre da legislação europeia (Diretiva 2001/42/CE, de 25 de Junho). No caso específico dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), a aplicação da Avaliação Ambiental Estratégica encontra-se evidenciada no Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro (que altera e republica o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro) em articulação com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

Assim, com a aplicação da AAE pretende-se estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais nas diversas fases de preparação do Plano.

O processo de AAE contempla a elaboração de um Relatório Ambiental no qual serão identificados, descritos e avaliados os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do Plano.

Tendo em conta os conhecimentos e métodos de avaliação disponíveis, o conteúdo e o nível de pormenor do Plano, o Relatório Ambiental deve incluir as informações que possam ser necessárias para o processo de tomada de decisões.

Concluída a elaboração da proposta de Plano e anteriormente à sua aprovação, os elementos do Plano, assim como o Relatório Ambiental e respetivo Resumo Não Técnico, são submetidos a Discussão Pública, de forma a assegurar um processo participativo.

2. Metodologia da Avaliação Ambiental Estratégica

A Avaliação Ambiental Estratégica segue a metodologia presente no “Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica” (APA, 2007) e no documento de Orientação elaborado pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano intitulado “Guia da Avaliação Ambiental Estratégica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território” (DGOTDU, 2008).

A Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Arganil desenvolve-se em diversos momentos, com recurso a metodologias próprias, e articulados entre si, conforme se evidencia na figura seguinte.

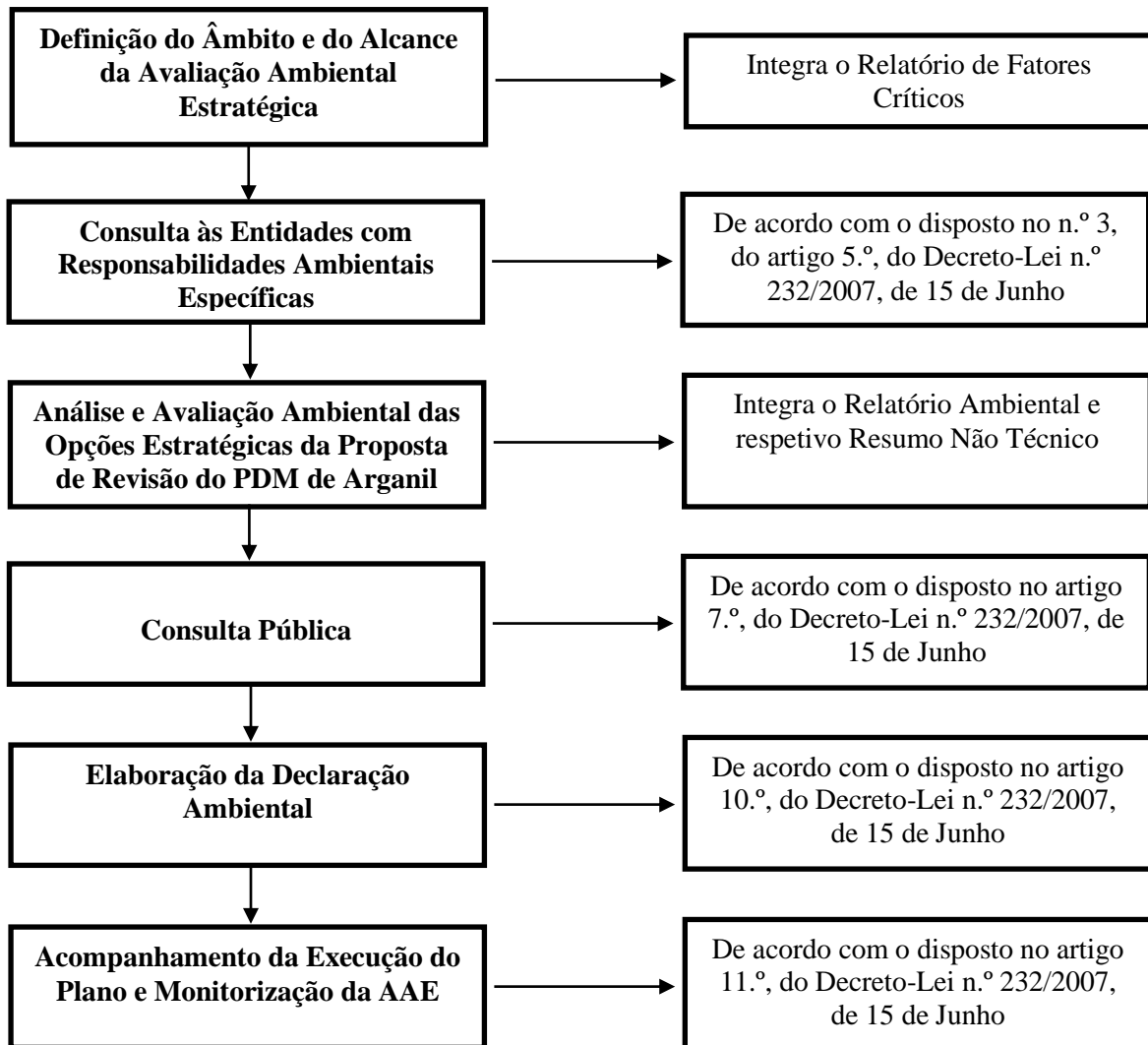


Figura 1 – Metodologia da Avaliação Ambiental Estratégica

3. Objeto de Avaliação da proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Arganil

3.1. Objeto de Avaliação

O objeto de avaliação do presente Resumo Não Técnico corresponde à **Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Arganil**, que tem como principal objetivo dotar o concelho de um instrumento de ordenamento que:

- a) Assegure uma adequada organização e utilização do território do concelho, na perspetiva da sua valorização e desenvolvimento económico, social e cultural, harmonioso e sustentável, tendo em conta a identidade da própria região;
- b) Contribua para atenuar assimetrias, garantindo a igualdade de oportunidades, estabeleça e traduza estratégias de desenvolvimento e racionalize o povoamento e a implementação de equipamentos.

Conforme referido no Relatório de Fundamentação das Opções do Plano (2011), a localização Geográfica e as Dinâmicas Territoriais são os fatores que causam constrangimentos ao nível das possibilidades de expansão do Modelo Estratégico de Desenvolvimento merecendo, por isso, atenção especial para atenuar os seus possíveis efeitos negativos. Contrariamente, as áreas de aposta para garantir o sucesso da estratégia de desenvolvimento devem considerar os fatores positivos da Identidade e Auto Estima como valores de diferenciação competitiva. É evidente que o Marketing Territorial seria uma excelente ferramenta para afirmar e consolidar uma Imagem forte e atrativa do Concelho de Arganil (Figura 2).

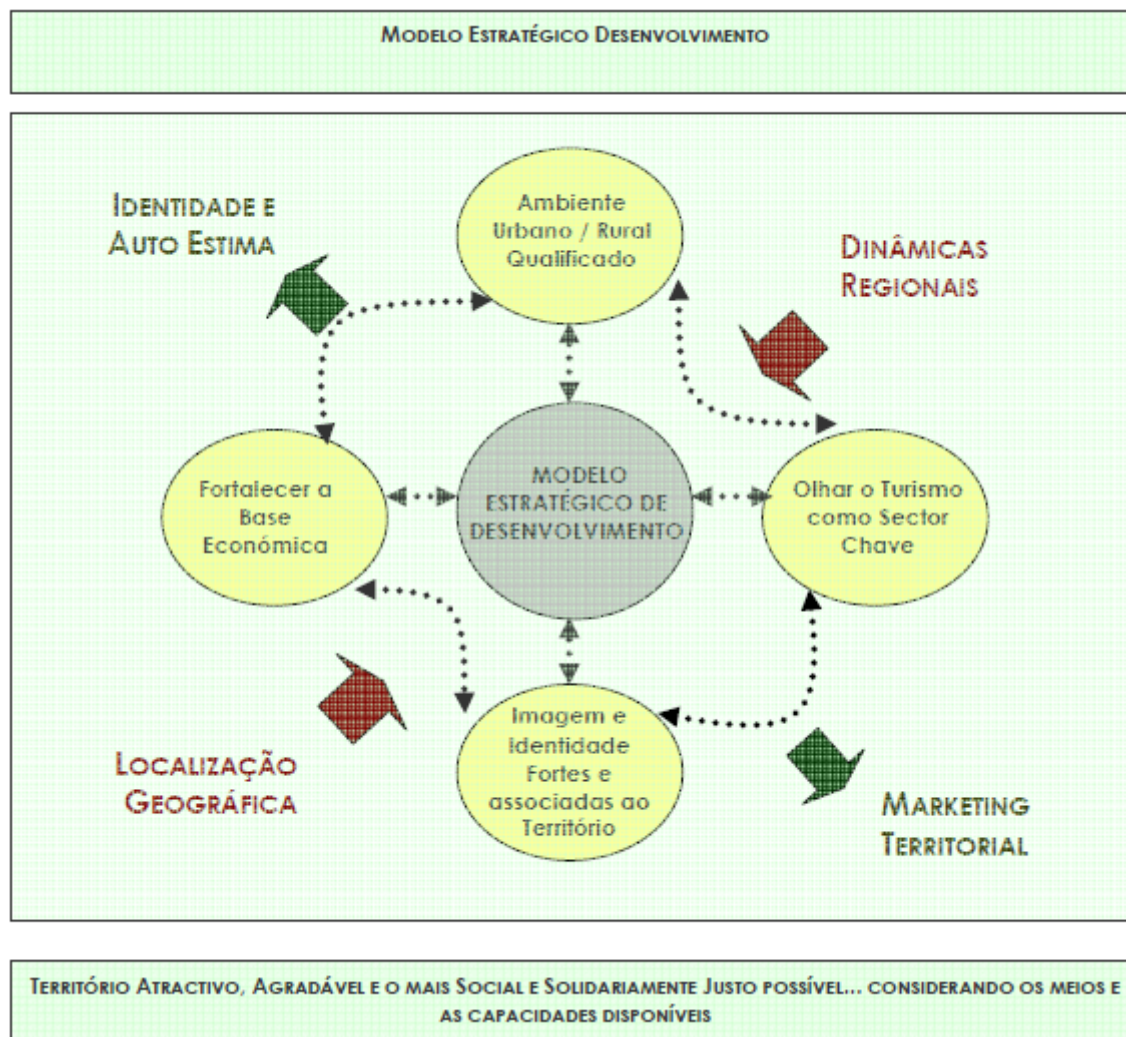


Figura 2 – Modelo Estratégico de Desenvolvimento (Relatório de Fundamentação das Opções do Plano, 2011)

A construção do Modelo Territorial e da Estrutura de Ordenamento considera alguns fatores base que resultam da análise das dinâmicas emergentes à escala nacional e regional, e que por si só, justificam repensar o território num quadro de competitividade / sustentabilidade (Relatório de Fundamentação das Opções do Plano, 2011):

- a) As infraestruturas de escala nacional que marcam o território são, o IC 6, o IP 3 e a EN 17.
- b) Os instrumentos de Planeamento Estratégico, desde o PROT-Centro, ao Plano Estratégico da NUT III aos programas enquadradores de políticas nacionais como o PENT ou o PNPOT.
- c) Os Territórios e as suas características biofísicas mas também a escala urbana e humana que os aglomerados de Arganil têm conseguido manter, apesar das reduzidas dinâmicas de ocupação e urbanização.
- d) A gestão das expectativas. A aposta e o desenho do Modelo Territorial, não é uma aposta de agora nem excessivamente dependente de novos e emergentes fatores. Trata-se de uma aposta

que tem vindo a ser consolidada ao longo dos últimos anos e até ao longo das anteriores gestões políticas municipais.

A figura seguinte apresenta um esquema de reflexão base para a definição de um Modelo Estratégico de Desenvolvimento.

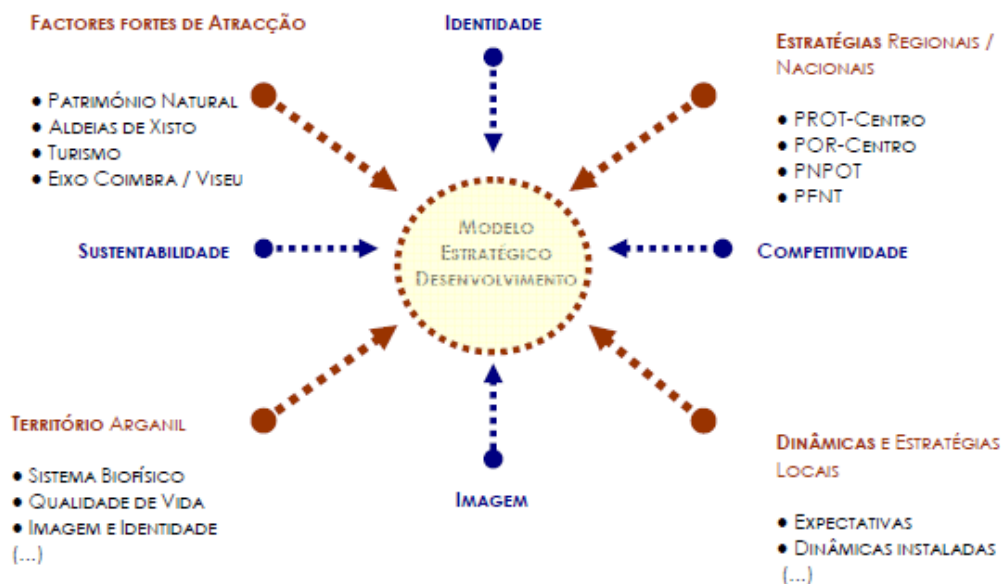


Figura 3 – Esquema de Reflexão base para a definição do Modelo Estratégico de Desenvolvimento (Relatório de Fundamentação das Opções do Plano, 2011)

O Modelo Estratégico definido para Arganil deve considerar a necessidade de conciliar os Fatores Fortes de Atração que existem no território e na região; as estratégias definidas para a região; o Território Municipal na sua essência e as Dinâmicas e Estratégias Locais. Considerando estas dimensões tem de haver capacidade de desenhar um Modelo Estratégico (Relatório de Fundamentação das Opções do Plano, 2011):

- Que se afirme Competitivo sem deixar de ser Sustentável;
- Que afirme uma Imagem sem perder ou ofuscar os traços da sua Identidade.

Desta forma, o Modelo Territorial e os diversos posicionamentos Estratégicos elegem para Arganil quatro áreas fundamentais (Relatório de Fundamentação das Opções do Plano, 2011):

- **A Qualificação Urbana e Ambiental.**

- Os **Serviços** organizados à escala supra municipal com características polivalentes e orientados para as zonas rurais de baixa densidade e a atividade industrial qualificada, associada

aos impulsos do novo quadro de acessibilidades, que constituem fortes fatores de motivação da aposta.

- O **Turismo** como sector fundamental para desenvolver em Arganil, privilegiando os seguintes produtos turísticos: Turismo Cultural e Paisagístico (Aldeias Históricas, Aldeias de Xisto), Turismo em Espaço Rural e Turismo Natureza.

- A aposta no reforço das atividades ligadas à gestão integrada dos **recursos naturais** com destaque para a floresta e o potencial energético.

A figura seguinte apresenta um esquema de reflexão base para a definição do Modelo Estratégico de Desenvolvimento.

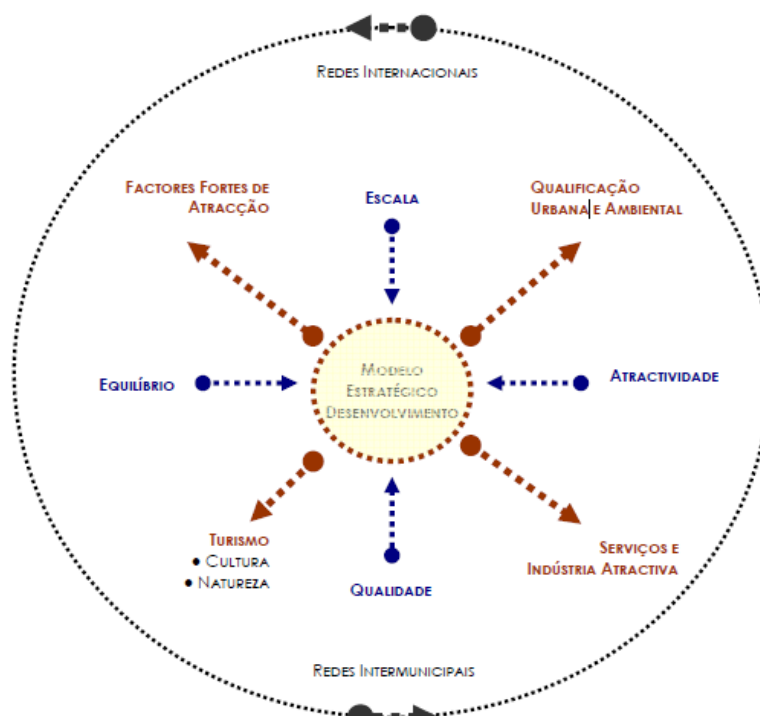


Figura 4 – Esquema de reflexão base para a definição do Modelo Estratégico de Desenvolvimento (Relatório de Fundamentação das Opções do Plano, 2011)

A definição do Modelo Territorial considera um conjunto de vetores / preocupações essenciais estruturantes e estruturadores, de acordo com as orientações e as filosofias expressas no conjunto de programas, planos e projetos, de escala nacional e regional, analisados. Consideraram-se os seguintes pontos de partida (Relatório de Fundamentação das Opções do Plano, 2011):

a) As preocupações evidenciadas nos discursos atuais do desenvolvimento: **Sustentabilidade, Competitividade e Coesão Social**. Da Agenda 21, às Comunidades Sustentáveis, ao EDEC ou mesmo à Agenda de Lisboa, a filosofia de base é aceite e defendida pelo município de Arganil;

b) A **Contenção urbana** procurando garantir a coesão existente. Arganil apresenta uma reduzida dinâmica demográfica, que deve ser contrariada, mantendo os núcleos urbanos existentes, reforçando e apostando no crescimento de alguns aglomerados de maior dimensão, como é o caso de Côja, S. Martinho da Cortiça, Pomares e Arganil.

c) A importância da **estrutura biofísica**. A Planta de Ordenamento reflete a preocupação de traduzir uma forma de ler o território muito “agarrada” à sua estrutura biofísica. A estratégia defendida passa pelo reconhecimento e reforço da importância da estrutura biofísica e a manutenção da escala urbana e humana do Concelho.

d) A aposta em **áreas empresariais atrativas**, considerando nesta aposta 3 níveis: imagem, ambiente e acessibilidades. A zona industrial da Relvinha, na freguesia de Sarzedo, a zona industrial de Côja, na freguesia de Côja, a zona industrial de Zebras, na freguesia de Arganil, e a zona industrial do Vale de Fojo, na freguesia de S. Martinho da Cortiça.

e) A aposta no **Turismo**, por duas vias: Os empreendimentos associados ao Turismo Rural Sénior numa componente Ambiental e de Natureza. É evidente o enquadramento na filosofia e nas orientações do PENT como também nas recentes e atuais debates no âmbito do PROT Centro.

No atual contexto urbano concelhio e tendo em consideração o novo quadro regional é essencial que o atual Plano Diretor Municipal, mais do que um instrumento de gestão territorial, se constitua como instrumento orientador de estratégias de desenvolvimento. Mais do que vincular o crescimento do território a um determinado modelo de ocupação territorial, importa definir objetivos e metas claras de desenvolvimento concretizáveis em cenários alternativos de crescimento, que deverão respeitar o modelo de estrutura espacial definida na planta de ordenamento (Relatório de Fundamentação das Opções do Plano, 2011).

Relativamente às Unidades Operativas de Planeamento e de Gestão (UOPG), estas representam áreas a estudar com maior grau de pormenorização sendo que, para o efeito, são estabelecidos objetivos e orientações urbanísticas, bem como os termos de referência para a necessária elaboração de planos de urbanização e/ou planos de pormenor, unidades de execução ou programas de ação territorial, para as quais se estabelecem, ainda, os graus de prioridade na política e oportunidades de investimento municipal.

De acordo com o Relatório de Fundamentação do Plano (2011), o plano propõe-se a:

- Reestruturar e qualificar a rede urbana municipal;
- Dinamizar a base económica e gerir a atração de atividades;

- Estruturar o espaço urbano, revitalizar os centros e qualificar as periferias;
- Garantir a manutenção da qualidade da paisagem e do sistema natural como elementos estruturantes do território;
- Ser competitivo, Sustentável e Socialmente justo.

Neste contexto a Planta de Ordenamento define um conjunto de “Unidades Operativas de Planeamento e de Gestão” que deverão ser objeto de reflexão e estudos pormenorizados, nomeadamente:

- UOPG 1 – Expansão Urbana Poente da Vila de Arganil
- UOPG 2 – Expansão Urbana Norte de Côja
- UOPG 3 – Expansão do Espaço de Atividades Económicas de Côja
- UOPG 4 – Expansão do Espaço de Atividades Económicas da Relvinha

3.2. Alternativas de Localização

A revisão do PDM de Arganil encontra-se suportada por um variado conjunto de estudos de suporte dos quais se destacam os Relatórios Sectoriais que caracterizam e analisam o território, demonstrando as evoluções das diferentes dinâmicas e perspetivando o desenvolvimento futuro das mesmas.

A revisão do PDM de Arganil surge pela necessidade de ajustar e atualizar as estratégias de desenvolvimento que se pretendem desenvolver atualmente, devendo a proposta de revisão dispor de mecanismos e de instrumentos urbanísticos eficazes, capazes de mobilizar e de despertar dinâmicas, assim como estabelecer um modelo estratégico para o concelho que possibilite a identificação das principais preocupações e aspirações de desenvolvimento do município.

SÃO TRÊS AS RAZÕES FUNDAMENTAIS PARA A REVISÃO DO PDM EM VIGOR:

1. Por ser um PDM de primeira geração: foi elaborado sobre cartografia desatualizada e desajustada da realidade (sem utilização de cartografia digital e introdução de sistemas de informação geográfica) sendo que alguns dos pressupostos que determinaram a sua execução estão hoje ultrapassados (nomeadamente a Lei de bases do Ordenamento do

Território e o novo regime jurídico do Ordenamento do Território). Por outro lado, o conhecimento da população e a sua participação no atual PDM em vigor foram reduzidos.

2. Verificaram-se ainda alterações que condicionam a sua aplicação:

- A situação sócio-económica evoluiu significativamente;
- A dinâmica empresarial para ser estimulada exige maior e melhor capacidade de resposta;
- A redefinição e construção de novas infra-estruturas viárias e outras;
- O próprio contexto urbanístico foi totalmente alterado (atualmente está em curso o PROT-C e em vigor o PROF, o PENT e o PNPOT. Estão em curso ou foram já concluídos estudos sectoriais de âmbito municipal, tais como: o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, a Carta Educativa, o Mapa de Ruído e o Plano de Ordenamento Florestal da Albufeira das Fronhas).

3. Mantiveram-se ou intensificaram-se restrições ou condicionantes (Reserva Agrícola Nacional - RAN, Reserva Ecológica Nacional - REN, Rede Natura 2000, Espaços para a Indústria Extrativa) que originam constrangimentos ao nível sócio-económico e territorial.

As razões referidas anteriormente, de acordo com o Relatório de Fundamentação (2012), *“têm como objetivo dotar o concelho de um instrumento de ordenamento que:*

- *Assegure uma adequada organização e utilização do território do concelho, na perspetiva da sua valorização e desenvolvimento económico, social e cultural, harmonioso e sustentável, tendo em conta a identidade da própria região;*
- *Contribua para atenuar assimetrias, garantindo a igualdade de oportunidades, estabeleça e traduza estratégias de desenvolvimento e racionalize o povoamento e a implementação de equipamentos”.*

Ao longo da evolução do procedimento de AAE, mais concretamente durante a elaboração do presente Relatório Ambiental, houve necessidade de ajustar/introduzir novos objetivos estratégicos ao plano, de forma a tornar a proposta de revisão do PDM de Arganil mais sustentável do ponto de vista ambiental não tendo, no entanto, o Relatório Ambiental espelhado essa avaliação previamente efetuada.

Assim, é um facto de que a única alternativa avaliada em sede de AAE, foi a manutenção do PDM em vigor.

4. Elementos determinantes para a definição dos Fatores Críticos para a Decisão

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) constituem os temas mais importantes a serem abordados no âmbito da AAE, e têm como Objetivo identificar os aspetos mais relevantes que deverão ser considerados aquando da tomada de decisão.

A determinação dos Fatores Críticos para a Decisão (Figura 5) resulta da análise que considera a integração das Opções Estratégicas (QE), apresentadas na proposta de revisão do PDM de Arganil, dos objetivos de cada um dos instrumentos de referência estratégica (Quadro de Referência Estratégico - QRE), tomando em consideração os Fatores Ambientais (FA) selecionados de entre os legalmente estabelecidos, tendo por base o reconhecimento prévio das especificidades do território abrangido pelo Plano.

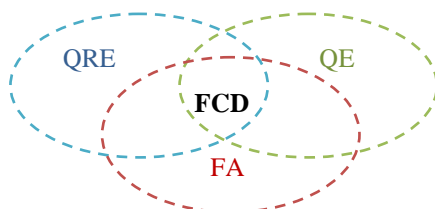


Figura 5 – Representação esquemática da determinação dos FCD (Partidário, 2007).

4.1. Opções Estratégicas e Objetivos Estratégicos da proposta de revisão do PDM de Arganil

A proposta de revisão do PDM de Arganil integra as seguintes opções estratégicas:

- **Fortalecer e dinamizar a Economia do Concelho**
- **Requalificação Territorial e Urbana e Coesão Social**
- **Potenciar o Turismo**
- **Valorização e Preservação dos Recursos Naturais**
- **Potenciar a Imagem e a Identidade Concelhia**

O Quadro 1 estabelece a relação entre as opções estratégicas definidas para a proposta de revisão do PDM de Arganil e os respetivos Objetivos Estratégicos.

Quadro 1 – Opções Estratégicas e Objetivos Estratégicos da proposta de revisão do PDM de Arganil
 (Fonte: Relatório de Fundamentação da proposta de Revisão do PDM, 2012)

Opções Estratégicas	Objetivos Estratégicos
Fortalecer e dinamizar a Economia do Concelho	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a qualificação do emprego e a manutenção de níveis de oferta de emprego atrativos e fixadores da população; • Incentivar dinâmicas empresariais locais; • Criar condições de atratividade para a atividade industrial qualificada e incentivar a sustentabilidade das atividades industriais, promovendo a adoção de princípios de eco-eficiência e de ecologia industrial; • Melhorar as acessibilidades; • Favorecer o acesso às novas tecnologias de comunicação; • Criar oportunidades para novos investimentos suportados no potencial associado à fileira florestal.
Requalificação Territorial e Urbana e Coesão Social	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver iniciativas que visem reestruturar o território urbanizado; • Promover o acesso a serviços e equipamentos de utilização social; • Valorizar a dimensão da qualidade de vida e social; • Investir nas redes de saneamento e otimizar o sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos.
Potenciar o Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Apostar no Turismo e no Lazer definindo uma estratégia de turismo sustentável com forte relação com o ambiente natural, valorizando os recursos naturais, culturais e históricos, ambicionando criar novas bases de economia local.
Valorização e Preservação dos Recursos Naturais	<ul style="list-style-type: none"> • Gerir e preservar os recursos florestais de forma a minimizar as suas vulnerabilidades e potenciar a sua diversificação e utilização; • Garantir a manutenção e preservação na utilização dos recursos hídricos, salvaguardando as suas funções naturais; • Garantir a conservação dos recursos naturais de forma a minimizar os efeitos da ocorrência de inundações e/ou cheias garantindo a salvaguarda de pessoas e bens.
Potenciar a Imagem e a Identidade Concelhia	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar os valores naturais e os valores culturais, patrimoniais e históricos da sua população que sustentem o desenvolvimento de uma imagem forte do concelho.

4.2. Definição do Quadro de Referência Estratégico para a proposta de revisão do PDM de Arganil

O Quadro de Referência Estratégico estabelece as políticas ambientais definidas ao nível nacional e europeu, consideradas relevantes para a presente avaliação (Quadro 2).

Quadro 2 – Quadro de Referência Estratégica para AAE da proposta de revisão do PDM de Arganil

Instrumento	Acrónimo
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	PNPOT
O Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território constitui o guia orientador do sistema de gestão territorial e da política de ordenamento do território, sendo também um instrumento chave de articulação desta política com a política de desenvolvimento económico e social, em coerência com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e com as diversas intervenções com incidência territorial, designadamente as consideradas no Quadro de Referência Estratégico Nacional para o próximo período de programação financeira comunitária QREN 2007-2013.	
Plano Nacional de Alterações Climáticas	PNAC
O Programa Nacional para as Alterações Climáticas configura o instrumento de política do Governo que suporta o cumprimento do Protocolo de Quioto pelo Estado Português.	
Plano Nacional da Água	PNA
O Plano Nacional da Água define as orientações de âmbito nacional para a gestão integrada das águas, fundamentadas em diagnóstico da situação atual e na definição de objetivos a alcançar através de	

Instrumento	Acrónimo
medidas e ações, de acordo com o Decreto-Lei nº 45/94 de 22 de Fevereiro.	
Plano Nacional de Ação, Ambiente e Saúde	PNAAS
O Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2007 – 2013 tem como desígnio melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em fatores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação, contribuindo também, desta forma, para o desenvolvimento económico e social do país.	
Plano Sectorial da Rede Natura 2000	PSRN2000
O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 constitui um instrumento de gestão territorial na concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização das ZPE e dos Sítios, do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas.	
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II	PEAASAR II
O Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II estabelece as orientações e fixa os objetivos de gestão e proteção dos valores ambientais associados aos recursos hídricos no horizonte 2007-2013.	
Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural	PEND Rural
O Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural define a Estratégia Nacional para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural.	
Plano Estratégico Nacional do Turismo	PENT
O Plano Nacional da Água define as orientações de âmbito nacional para a gestão integrada das águas, fundamentadas em diagnóstico da situação atual e na definição de objetivos a alcançar através de medidas e ações.	
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	ENDS
A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável para o período 2005/15 consiste num conjunto coordenado de atuações que, partindo da situação atual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam num horizonte de 12 anos assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de proteção e valorização do ambiente.	
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade	ENCNB
A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade foi acolhida na ordem jurídica portuguesa através da resolução do Conselho de Ministros nº 152/2001, de 11 de Outubro, vigorando até 2010. A existência de uma ENCNB é, reconhecidamente, um instrumento fundamental para a prossecução de uma política integrada num domínio cada vez mais importante da política de ambiente e nuclear para a própria estratégia de desenvolvimento sustentável.	
Proposta para a Estratégia de Proteção dos Solos	PEPS
A Proposta para a Estratégia de Proteção dos Solos configurará o instrumento de política do Governo que suporta o cumprimento dos objetivos de proteção e prevenção da degradação dos solos bem como da sua utilização sustentável.	
Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro	PROT-C
O Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro é o instrumento de gestão territorial que estabelece a definição para o uso, ocupação e transformação do solo, a integração das políticas sectoriais no ordenamento do território e na coordenação das intervenções e as orientações para a elaboração dos PMOT	
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte	PROF - PIN
O Plano Regional de Ordenamento da Floresta do Centro Litoral vincula os instrumentos de política sectorial que incidem sobre os espaços florestais e visa enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.	
Plano de Ordenamento da Albufeira das Fronhas	POA – Fronhas
A barragem de Fronhas localiza-se na bacia hidrográfica do Mondego, no rio Alva, tendo dado origem a uma albufeira de águas públicas que constitui um importante reservatório de água com fins múltiplos. O Plano de Ordenamento da Albufeira das Fronhas é um plano especial de ordenamento do território.	
Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Mondego	PBH – Rio Mondego
O Plano de Bacia Hidrográfica é um plano sectorial que assenta numa abordagem conjunta e interligada de aspetos técnicos, económicos, ambientais e institucionais, envolve os agentes económicos e as populações diretamente interessadas, tem em vista estabelecer de forma estruturada e programática uma estratégia racional de gestão e utilização da bacia hidrográfica, em articulação com o	

Instrumento	Acrónimo
ordenamento do território e a conservação e proteção do ambiente.	
Plano Rodoviário Nacional	PRN - 2000
O atual Plano Rodoviário Nacional (Decreto-Lei n.º 222/98 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99 de 26 de Julho, Decreto-Lei n.º 222/98 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99 de 26 de Julho, pela Declaração de retificação n.º 19-D/98 e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de Agosto) define uma rede nacional, que desempenha funções de interesse nacional e internacional.	
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	PNUEA
O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água tem como principal finalidade a promoção do uso eficiente da água em Portugal, especialmente nos sectores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos.	
Plano de Ordenamento da Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor	PO – APPSA
A Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor, área protegida de âmbito nacional criada pelo Decreto-Lei n.º 67/82, de 3 de Março, visa conservar e valorizar os valores naturais, culturais, científicos e recreativos nela existentes, em equilíbrio com as populações locais. O referido decreto-lei diferenciou duas reservas dentro da área protegida: a Reserva Natural Parcial da Mata da Margarça, uma das raras relíquias de vegetação natural das encostas xistosas do centro de Portugal, e a Reserva de Recreio da Fraga da Pena, uma área constituída por várias quedas de água e vegetação natural rara, com elevado potencial científico e recreativo. Para além do interesse geomorfológico, faunístico e florístico, esta área protegida de âmbito nacional apresenta também uma paisagem natural característica de inegável valor, cuja gestão sustentável exige que a mesma seja dotada de um plano de ordenamento que assegure a proteção dos valores e recursos naturais e promova a sua articulação com o desenvolvimento económico sustentável.	
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação	PANCD
O Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação tem o homem como centro das preocupações e visa no fundamental quer a adoção de atitudes e ações ativas de combate à degradação dos recursos quer a aplicação de normas de prevenção.	
Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais ⁽¹⁾	ENEAPAI
A Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais assenta em novas abordagens de intervenção, integradas territorial e multisectorialmente, para a definição de soluções sustentáveis do ponto de vista ambiental que garantam a eliminação das inúmeras situações de poluição causadas pela descarga de efluentes não tratados nas linhas de águas e no solo.	
Estratégia Nacional para a Energia ⁽¹⁾	ENE
A estratégia para o sector energético constitui um fator importante de crescimento da economia portuguesa e da sua competitividade, para além de ser uma peça vital ao desenvolvimento sustentável do País.	
Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos II ⁽¹⁾	PERSU II
O Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos II constitui um instrumento estratégico da gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) para o período de 2007 a 2016, fundamental para que o sector possa dispor de orientações e objetivos claros, bem como de uma estratégia de investimento que confira coerência, equilíbrio e sustentabilidade à intervenção dos vários agentes diretamente envolvidos.	
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio de Arganil ⁽¹⁾	PMDFCI
Os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndio desenvolvem as orientações de planeamento Nacional e Regional segundo as normas da Portaria n.º 1139/2006 de 25 de Outubro e as orientações técnicas estabelecidas pela DGRF.	

⁽¹⁾ Instrumentos acrescentados ao QRE, determinados na fase de Relatório de Fatores Críticos e inseridos no âmbito da elaboração do presente Relatório Ambiental.

4.3. Identificação dos Fatores Ambientais relevantes para a proposta de revisão do PDM de Arganil

A determinação dos Fatores Ambientais relevantes para a proposta de revisão do PDM de Arganil foi orientada pelo definido na legislação nacional relativa à AAE. Assim, foram considerados os seguintes Fatores Ambientais: “Biodiversidade”, “Fauna”, “Flora”, “Património Cultural”, “População”; “Saúde Humana”; “Solo”; “Água”, “Atmosfera”; “Fatores Climáticos”; “Bens Materiais” e “Paisagem”.

5. Fatores Críticos para a Decisão

Com base no exposto no capítulo anterior foram definidos os seguintes **Fatores Críticos para a Decisão** que reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade considerados relevantes para a proposta de revisão do PDM de Arganil:

- Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade.
- Biodiversidade.
- Qualidade Ambiental.
- Património Cultural e Turismo.
- Riscos Ambientais.

5.1. Descrição dos Fatores Críticos para a Decisão e seus Objetivos

Para cada um dos FCD foram definidos domínios e critérios de avaliação, Objetivos e indicadores que contribuem para avaliar a sustentabilidade da estratégia definida nos Objetivos da proposta de revisão do PDM de Arganil, pretendendo facilitar a avaliação e contribuir para uma tomada de decisão consciente e adequada.

5.1.1. Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

Sendo o PDM o principal instrumento de gestão territorial de cariz municipal, no processo da sua revisão e no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica considerou-se essencial a análise de um Fator Crítico para a Decisão dedicado ao Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade.

O FCD Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade pretende identificar as potencialidades e/ou constrangimentos que a proposta de revisão do PDM de Arganil terá ao nível da organização territorial do concelho, tendo em conta os objetivos estratégicos definidos para esta revisão, sendo a análise balizada pelos objetivos de sustentabilidade que devem assistir a AAE. Estes objetivos pretendem contribuir para um melhor e mais equilibrado ordenamento e estruturação do território, para um posicionamento estratégico e uma capacidade competitiva mais forte do município face ao enquadramento regional onde se insere e, finalmente, para a melhoria da qualidade de vida da população.

Neste contexto e no âmbito da análise deste FCD, definiram-se três grandes domínios de avaliação, de forma a permitir um enquadramento da análise suportada nos Objetivos de sustentabilidade definidos, que se ilustram no quadro que se segue.

Quadro 3 – Domínios de Avaliação e Objetivos de Sustentabilidade do FCD - Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

Domínio de Avaliação	Objetivos de Sustentabilidade
Ordenamento do Território	• Fomentar a organização espacial do território
	• Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes
	• Incentivar processos de regeneração e requalificação urbana
	• Promover a criação de centralidades urbanas
	• Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades intra-concelhias
Competitividade e Desenvolvimento Regional	• Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional
	• Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional
	• Estruturar e infraestruturar espaços vocacionados para a instalação de atividades económicas
	• Criar novos postos de emprego, diminuindo a taxa de desemprego
	• Fomentar o desenvolvimento sustentável, racionalizando e qualificando os espaços para a implantação e desenvolvimento de atividades económicas
Qualidade de Vida	• Melhorar a qualidade de vida dos habitantes do concelho
	• Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural e edificado do concelho
	• Qualificar o Espaço Público
	• Qualificar a rede de Equipamentos de Utilização Coletiva
	• Garantir mobilidade para todos

De forma a pormenorizar a análise que se pretende efetuar, definiram-se ainda os critérios de avaliação e respetivos indicadores (Quadro 4), através dos quais se irá proceder à caracterização da situação existente no concelho e a uma análise de tendências.

Quadro 4 – Domínios de avaliação, critérios de avaliação e indicadores associados ao FCD – Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

FCD	Domínio	CrITÉrios de AvaliaÇão	Indicadores	Unidade	Fonte
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	Ordenamento do Território	Dinâmica Populacional	População Residente	N.º	INE
			População residente por grupos etários	N.º	INE
			Densidade Populacional	Hab/km ²	INE
		Uso do Solo	Solo Rural	ha	Município
			Solo Urbano	ha	Município
			Percentagem da reclassificação do solo rural em solo urbano ¹	%	Município
			Percentagem de reclassificação do solo urbano em solo rural ¹	%	Município
		Organização espacial do território	Planos Municipais de Ordenamento do Território	N.º	Município/DGOTDU
		Ordenamento biofísico e paisagístico (Classes de espaços e Condicionantes existentes no território)	Espaços naturais	ha	Município
			Estrutura Ecológica Municipal ¹	ha	Município
			Reserva Ecológica Nacional	ha	Município
			Percentagem de REN com ocupação compatíveis ²	%	Município
			Reserva Agrícola Nacional	ha	Município
			Percentagem da RAN utilizada para fins não agrícolas ²	%	Município
			Rede Natura	ha	Município
			Espaço Florestal	ha	Município
			Espaço Agrícola	ha	Município
			Solo urbano afeto à estrutura ecológica municipal ¹	ha	Município
			Solo Urbano	Solos urbanizados ¹	ha
		Solo urbanizável (solo cujo urbanização é possível programar)		ha	Município
		Ocupação de solo urbanizado ¹		%	Município
		Ocupação de solo urbanizável ¹		%	Município
		Relação entre a área do solo urbanizável e o total de solo urbano ¹		%	Município
		Taxa de ocupação dos loteamentos urbanos ²		%	Município
		UOPG ¹		N.º	Município
		Acessibilidades rodoviárias	Rede Viária	km	Município/EP

FCD	Domínio	Critérios de Avaliação	Indicadores	Unidade	Fonte	
	Competitividade e Desenvolvimento Regional		Transportes (empresas)	N.º	Município	
		Atratividade empresarial	Espaços de Atividades económicas (antigo espaços empresariais/industriais infraestruturados)	N.º	Município	
			Relação entre a área afeta a uso industrial e a área do município	%	Município	
			Taxa de execução do espaço industrial ¹	%	Município	
			Taxa de ocupação dos espaços de atividades económicas	%	Município	
		Dinâmica Empresarial e Económica	Atividades económicas instaladas no concelho	N.º	INE	
			Número de estabelecimentos industriais em solo rural ²	N.º	Município	
			Número de agroindústrias ²	N.º	Município	
			Índice de Poder de compra	%	INE	
			IRS	€/hab	CCDRC	
			IRC	€/hab	CCDRC	
		Nível de empregabilidade e formação profissional	Evolução da população ativa por sector de atividade	%	INE	
			Taxa de Atividade	%	INE	
			Taxa de Desemprego	%	INE	
			Estruturas de apoio à formação profissional	N.º	Município	
		Qualidade de Vida	Lazer/Valorização paisagística e ambiental	Espaços Verdes ¹	ha	Município
				Lista de intervenções de valorização paisagística/ambiental	N.º	Município
			Espaço Público	Lista de projetos/intervenções de qualificação no espaço público	N.º	Município
			Equipamentos de utilização coletiva	Equipamentos de Utilização Coletiva	N.º	Município

FCD	Domínio	CrITÉrios de Avaliação	Indicadores	Unidade	Fonte
		Mobilidade para todos	Estudos/planos com vista à obtenção de efeitos multiplicadores na promoção da mobilidade	N.º	Município

(INE – Instituto Nacional de Estatística; DGOTDU – Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão; EP – Estradas de Portugal)

¹ - Indicador decorrente da proposta de revisão do PDM, sendo analisado na avaliação da implementação da proposta de revisão do PDM de Arganil

² Indicadores a serem analisados na fase de execução do Plano, usados para seguimento no Plano de Controlo

5.1.2. Biodiversidade e Conservação da Natureza

Verificado o elevado potencial natural do território abrangido pelo concelho de Arganil, e tomando em consideração o Decreto-Lei n.º 142/2008 de 24 de Junho, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, definindo que “a política de conservação da natureza e da biodiversidade enfrenta o desafio de se assumir como um serviço público que garanta a gestão ambiental do território, num quadro de valorização do património natural e de adequado usufruto do espaço e dos recursos. Por outro lado, a conservação da natureza e da biodiversidade constitui também um motor de desenvolvimento local e regional, associado à identificação de caracteres próprios e distintivos que urge valorizar, através de uma atividade de gestão e aproveitamento sustentável dos recursos naturais, com o envolvimento e participação de toda a sociedade, numa lógica de benefício comum”, promove-se no âmbito do FCD “Biodiversidade e Conservação da Natureza” uma análise que contempla a valorização deste património natural classificado e ainda daquele que se projeta para além do integrado em áreas classificadas.

É neste contexto, e seguindo as orientações e objetivos estratégicos definidos nos diferentes instrumentos relatados no QRE que se identificam vários domínios de avaliação para o FCD Biodiversidade e Conservação da Natureza, apresentando-se os respetivos objetivos de sustentabilidade e indicadores (Quadro 5) que expressam o nível de pormenorização da análise estratégica a efetuar, mediante o reconhecimento da natureza de informação disponível.

Quadro 5 – Domínios de avaliação definidos para o FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza e respetivos Objetivos de sustentabilidade

Domínio de Avaliação	Objetivos de Sustentabilidade
Áreas Classificadas	<ul style="list-style-type: none"> • Conservação do património natural e cultural em áreas classificadas • Proteção e valorização da paisagem • Manutenção da biodiversidade
Estrutura Ecológica Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção a gestão sustentável dos sistemas que integram a Estrutura Ecológica Municipal (EEM)
Gestão, Conservação e Valorização da Floresta	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção dos valores naturais • Controlo da proliferação das espécies exóticas invasoras com risco ecológico

De forma a pormenorizar a análise que se pretende efetuar sobre o FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza, identificaram-se, para os domínios de avaliação, os respetivos critérios de avaliação e indicadores (Quadro 6).

Quadro 6 – Domínios de avaliação, critérios de avaliação e indicadores definidos para o FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza

FCD	Domínio	Critério de Avaliação	Indicadores	Unidade	Fonte	
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Áreas Classificadas	Promover a valorização e assegurar a conservação do património natural e cultural em áreas classificadas	Área do município integrada no Sistema Nacional de Áreas classificadas	ha	ICNB	
			Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) para o ordenamento das Áreas Classificadas	N.º e tipo	ICNB e CMA	
		Proteger, valorizar a paisagem, principalmente em áreas classificadas	Ações de manutenção e gestão da paisagem	N.º	ICNB	
			Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados	N.º	ICNB	
			Ações e elementos de divulgação	N.º	ICNB e CMA	
		Evitar prejuízos em áreas classificadas, sítios geológicos e espécies protegidas	Área classificada com plano de gestão	ha	ICNB	
			Medidas estratégicas de minimização de impacto das catástrofes naturais	N.º	Diversos	
		Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis	Diversidade de espécies	N.º	ICNB	
			Espécies ameaçadas e protegidas	N.º	ICNB	
			Ações de conservação de espécies	N.º	ICNB	
		Monitorização e reabilitação dos <i>habitats</i>	<i>Habitats</i> classificados	N.º e ha	ICNB	
			Ações de conservação de <i>habitats</i> ¹	ha	-	
		Estrutura Ecológica Municipal	Promover a gestão sustentável e as funções e serviços dos sistemas que integram a Estrutura Ecológica Municipal (EEM)	Área do concelho integrada na EEM ²	Km ²	CMA
				Sistemas ecológicos e valores integrados em espaços de EEM ²	N.º e Tipo	CMA
	Gestão, Conservação e Valorização da Floresta	Promover a gestão sustentável e conservação da floresta	Zonas de Intervenção Florestal	N.º e ha	CMA	
			Área florestal inserida em espaço natural ²	ha	CMA	
			Área de floresta com plano(s) de ação e/ou gestão proposto(s)	ha	CMA	
		Controlar a proliferação de espécies vegetais não indígenas invasoras com risco ecológico	Áreas de distribuição das espécies invasoras	ha	CMA	

FCD	Domínio	Critério de Avaliação	Indicadores	Unidade	Fonte
		conhecido	Ações de controlo de espécies vegetais invasoras	N.º	ICNB e CMA
		Fomentar oportunidades de fruição sustentável em áreas naturais	Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais	N.º	CMA
			Aproveitamento de linhas de água para o incremento de atividades lúdicas devidamente reguladas	N.º	CMA
			Património Geomorfológico classificado	N.º	ICNB

(ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade; CMA – Câmara Municipal de Arganil)

1 - Indicador com lacuna de informação, sendo apenas analisado na avaliação da implementação da proposta de revisão do PDM de Arganil.

2 - Indicador decorrente da proposta de revisão do PDM, sendo apenas analisado na avaliação da implementação da proposta de revisão do PDM de Arganil

5.1.3. Qualidade Ambiental

A qualidade ambiental constitui um fator importante para a saúde pública, qualidade de vida da população humana e para o equilíbrio dos ecossistemas. Reconhecendo-se que a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Arganil conduz a ações que envolvem direta e indiretamente questões determinantes para a qualidade ambiental, procede-se no âmbito da avaliação do presente FCD à sua análise, contextualizada por uma caracterização da situação atual da área do território concelhio, de forma a que, antecipadamente, e se necessário, possam ser projetadas intervenções ou planeadas medidas corretivas para as ações que eventualmente originem potenciais impactes ambientais negativos.

Neste âmbito, as questões consideradas relevantes para a presente análise são a gestão de resíduos, a salvaguarda da qualidade dos recursos hídricos e da qualidade do ar, a prevenção da poluição sonora e o uso eficiente de energia.

O Quadro 7 apresenta os domínios de avaliação definidos para o FCD Qualidade Ambiental, e associa-lhes os Objetivos de sustentabilidade que se pretendem atingir.

Quadro 7 - Domínios de avaliação e respetivos Objetivos de sustentabilidade definidos para o FCD – Qualidade Ambiental

Domínio	Objetivos de Sustentabilidade
Resíduos	<ul style="list-style-type: none">● Promover uma política adequada de gestão de resíduos
Água	<ul style="list-style-type: none">● Garantir a proteção dos recursos hídricos● Reduzir os níveis de contaminação da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais● Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano● Garantir serviços de drenagem e de tratamento de águas residuais● Promover a implementação de modelos de gestão de efluentes pecuários eficientes e sustentáveis● Promover um consumo eficiente e racional do recurso água
Ruído	<ul style="list-style-type: none">● Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações● Promover a redução do ruído nas zonas identificadas em desconformidade com o Regulamento Geral do Ruído (RGR) através de procedimentos de articulação do RGR com o processo de planeamento territorial ao nível do PDM
Ar	<ul style="list-style-type: none">● Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública● Contribuir para a redução da poluição atmosférica● Contribuir para a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa● Criar condições para uma mobilidade mais sustentável
Energia	<ul style="list-style-type: none">● Promover o aumento da eficiência energética● Utilização racional de energia● Promover a utilização de fontes de energia renovável

De forma a pormenorizar a análise que se pretende efetuar sobre o FCD - Qualidade Ambiental, identificaram-se, para os domínios de avaliação, os respetivos critérios de avaliação e indicadores (Quadro 8).

Quadro 8 – Domínios de avaliação, critérios de avaliação e indicadores associados ao FCD - Qualidade Ambiental

FCD	Domínio	CrITÉrios de AvaliaÇão	Indicadores	Unidade	Fonte
Qualidade Ambiental	ResÍduos	• Destino final dos resÍduos produzidos	• Densidade populacional	Hab/km ²	INE
			• ProduÇão de resÍduos	Ton/hab	INE
			• ValorizaÇão de resÍduos	%	INE
	Água	• PoluiÇão da água / ContaminaÇão dos recursos hÍdricos superficiais e subterrâneos	• Qualidade da água superficial	Classe	APA
			• Qualidade da água subterrânea	Classe	APA
		• Infra-estruturaÇão ao nível do abastecimento de água	• Consumo de água	m ³	MunicÍpio
			• PopulaÇão servida por sistemas de abastecimento de água para consumo	%	INE
			• Percentagem de água captada que provém de captaÇões com perímetros de proteÇão ou de albufeiras de águas públicas com plano de ordenamento definido	%	MunicÍpio
		• Cumprimento dos padrões de qualidade da água para abastecimento público	• Percentagem do número total de análises realizadas à água tratada cujos resultados estejam de acordo com a legislaÇão	%	MunicÍpio
		• Infra-estruturaÇão ao nível da drenagem e tratamento de águas residuais	• PopulaÇão servida por sistema de drenagem e tratamento de águas residuais	%	INE
			• Percentagem de populaÇão equivalente servida pelo sistema público de saneamento de águas residuais que asseguram o cumprimento da legislaÇão em termos de descargas de acordo com a respectiva licenÇa ¹	%	MunicÍpio
			• Percentagem de reutilizaÇão de águas residuais tratadas ¹	%	MunicÍpio
			• Percentagem de águas pluviais e de infiltraÇão afluentes aos sistemas de drenagem ¹	%	MunicÍpio
		• Gestão eficiente e sustentável dos efluentes pecuários	• N.º de exploraÇões agro-pecuárias existentes	n.º	DRAPC
			• N.º de exploraÇões pecuárias com Planos de Gestão de Efluentes Pecuários ¹	n.º	DRAPC
			• Número de situaÇões anómalas denunciadas relativas às exploraÇões agro-pecuárias	n.º	MunicÍpio
		• Matriz de utilizaÇão da água • Uso eficiente da água	• UtilizaÇão de água, por sector de atividade	%	INAG
• Percentagem de água captada que é efetivamente utilizada e não perdida	%		MunicÍpio		

FCD	Domínio	Critérios de Avaliação	Indicadores	Unidade	Fonte
	Ruído	• Poluição sonora	• Intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água	n.º	Município
			• População afetada pelos níveis de ruído ¹	n.º	Município
			• N.º de reclamações por incomodidade sonora	n.º	Município
			• Planos de redução de ruído ¹	n.º	Município
	Ar	• Poluição atmosférica / Contaminação do ar e cumprimento dos requisitos legais • Estratégias de gestão das emissões gasosas • Aumentar a oferta de modos de transporte sustentáveis e alternativos	• Qualidade do ar	Classe	CCDRC
			• Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites	n.º	CCDRC
			• Número de empresas sujeitas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão	n.º	APA
			• Projetos com adoção de soluções que tenham em vista a mobilidade sustentável	n.º	Município
	Energia	• Matriz energética • Eficiência energética • Adesão à produção e utilização de energia através de fontes renováveis	• Consumo de energia (gás e energia elétrica)	tep	DGEG
			• N.º de projetos com adoção de soluções de eco-eficiência energética	n.º	Município
			• Produção de energia, a nível local, através de recursos renováveis	tep	Município

(INE – Instituto Nacional de Estatística; INAG – Instituto da Água; DRAPC – Direção Regional da Agricultura e Pescas do Centro; CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro; APA – Agência Portuguesa do Ambiente; DGEG – Direção-Geral de Energia e Geologia)

1 - Indicadores a serem analisados na fase de execução do Plano, usados para seguimento no Plano de Controlo

5.1.4. Património Cultural e Turismo

O património cultural de um território é fruto da sua história e revela a sua evolução ao longo dos tempos. Desde as tradições e costumes até ao património físico e fatos históricos, todos eles contribuem para caracterizar e melhor compreender a dinâmica e vivências em épocas passadas e a forma como isso se revela na atualidade.

Por outro lado, sendo o turismo assumidamente uma atividade de futuro, é natural que este sector seja encarado como um fator de desenvolvimento das regiões, em particular das regiões do interior do país. É, por isso, necessário proceder ao seu correto ordenamento, tendo em conta a sustentabilidade dos valores naturais e culturais aí existentes. Nesse sentido o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico, em elaboração, para o concelho de Arganil pode ser um elemento estruturador.

Pretende-se com o FCD – Património Cultural e Turismo que a execução da proposta de revisão do PDM de Arganil se desenvolva tendo em consideração os valores inerentes à salvaguarda do património cultural e paisagístico existente.

O Quadro 9 apresenta sumariamente os Objetivos de sustentabilidade que se pretendem atingir com a análise dos domínios de avaliação definidos para o FCD “Património Cultural e Turismo”.

Quadro 9 – Domínio de avaliação definido para o FCD – Património Cultural e Turismo e respetivos Objetivos de sustentabilidade

Domínio de Avaliação	Objetivos de Sustentabilidade
Identidade Histórica e Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Preservar edifícios históricos e outras características culturais importantes • Promover a reabilitação e dinamização de edifícios históricos • Fomentar a reabilitação e ocupação de edifícios nas proximidades de centros históricos • Impulsionar a identificação do património construído diferenciador • Preservar locais arquitetónicos e arqueológicos • Valorizar a diversidade e a identidade local do património turístico • Promover a requalificação das Aldeias com vocação turística • Promover o desenvolvimento do turismo a nível local e com base na identidade cultural • Estimular a oferta de equipamentos de restauração com gastronomia típica • Valorizar os saberes e características locais
Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o turismo natural sustentável • Preservar o espaço natural e paisagístico • Desenvolver o turismo ativo • Fomentar a divulgação cultural integrada com o turismo • Fomentar a oferta de unidades hoteleiras de qualidade

De forma a pormenorizar a análise que se pretende efetuar, identificaram-se os seguintes critérios de avaliação e respetivos indicadores para este FCD (Quadro 10), através dos quais se irá proceder à caracterização da situação existente e análise das principais tendências.

Quadro 10 - Domínios de avaliação, critérios de avaliação e indicadores associados ao FCD - Património Cultural e Turismo

FCD	Domínio	Critério de Avaliação	Indicadores	Unidade	Fonte	
Património Cultural e Turismo	Identidade Histórica e Cultural	Valorização do património construído	Obras em edifícios históricos (recuperação/manutenção) ¹	N.º	Município	
			Reabilitação de edifícios urbanos degradados	N.º	Município	
			Imóveis classificados (património arquitetónico e arqueológico)	N.º	IGESPAR	
			Imóveis em vias de classificação (património arquitetónico e arqueológico)	N.º	IGESPAR	
			Imóveis com interesse patrimonial	N.º	Município	
			Aldeias Históricas e Aldeias do Xisto	N.º	Município	
			Projetos de requalificação das Aldeias Históricas e de Xisto reconhecidas em Arganil	N.º	Município	
		Valorização do património cultural	Produtos tradicionais de qualidade protegida	N.º	DRAP-C	
			Artesanato	N.º	Município	
			Gastronomia	N.º	Município	
			Eventos tradicionais e culturais	N.º	Município	
		Turismo	Potenciação do património e turismo ativo	Rotas e percursos	N.º	Município
				Empresas de Animação na área do Turismo Ativo reconhecidas como Turismo de Natureza pelo Turismo de Portugal, I.P.	N.º	Turismo de Portugal, IP
			Potenciação das dinâmicas turísticas	Ações de divulgação turística ¹	N.º	Município
	Disponibilidade de equipamentos e serviços associados ao turismo		Unidades hoteleiras	N.º	Turismo de Portugal, IP e Município	
			Unidades hoteleiras classificadas	N.º	INE	
			Taxa de ocupação-cama (líquida)	%	INE	
			Estada média no estabelecimento	N.º de noites	INE	
			Número de visitantes anuais do concelho	N.º	Município	
	Equipamentos de restauração com receitas tradicionais locais	N.º	Município			

(IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico; INE – Instituto Nacional de Estatística; DRAPC – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro)

1- Indicador com lacuna de informação, sendo apenas analisado na avaliação da implementação da proposta de revisão do PDM de Arganil.

5.1.5. Riscos Ambientais

A gestão de risco é um processo contínuo e dinâmico que deve identificar e avaliar os riscos associados às diferentes atividades desenvolvidas. A prevenção de riscos ambientais deverá ser um dos fatores essenciais na análise e avaliação dos diferentes planos de ordenamento do território. A proposta de revisão do PDM em análise pretende avaliar os efeitos da concretização dos seus Objetivos em função das características da região.

O quadro seguinte apresenta os domínios de avaliação definidos para o FCD e associa os Objetivos de sustentabilidade que se pretendem atingir com a presente análise.

Quadro 11 – Domínios de avaliação definidos para o FCD – Riscos Ambientais e respetivos Objetivos de sustentabilidade

Domínio de Avaliação	Objetivos de Sustentabilidade
Incêndio	• Prevenir a ocorrência de incêndios florestais e em edifícios
	• Redução do número de ignições
	• Redução da área ardida
	• Fomentar a compartimentação dos espaços florestais
	• Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas
Contaminação Florestal	• Prevenir a ocorrência de contaminação florestal por ação de pragas
	• Reduzir os efeitos face à ocorrência de contaminação florestal
	• Preservar o património florestal adotando processos de exploração e conservação florestal que previnam o desenvolvimento de pragas
Acidentes Industriais	• Prevenir a ocorrência de acidentes industriais
	• Minimizar os efeitos face à ocorrência de acidentes industriais
	• Garantir a adoção de procedimentos de higiene e segurança no trabalho de acordo com a legislação vigente para o tipo de unidade industrial instalada
Erosão	• Aumentar os níveis de proteção do solo
	• Adoção de práticas adequadas de utilização e conservação do solo
	• Diminuir a probabilidade de ocorrência de erosão
Cheia	• Aumentar os níveis de proteção do solo
	• Minimizar o impacto das cheias
	• Controlar a impermeabilização do solo
	• Racionalizar a expansão urbana
	• Diminuir a probabilidade de ocorrência de cheia

A salvaguarda da ocorrência destes domínios contribuirá para a garantia da prevenção do risco para os ecossistemas e para o Homem bem como o seu controlo e acompanhamento contribuirão para o desenvolvimento de uma região mais sustentável.

Para pormenorizar a análise que se pretende efetuar identificaram-se os vários domínios de avaliação, Objetivos de sustentabilidade e indicadores associados ao FCD - Riscos Ambientais, que se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 12 – Domínios de avaliação, critérios de avaliação e indicadores associados ao FCD - Riscos Ambientais

FCD	Domínio de Avaliação	Critérios de Avaliação	Indicadores	Unidade	Fonte
Riscos Ambientais	Incêndio	<ul style="list-style-type: none"> Recursos florestais 	<ul style="list-style-type: none"> Risco de ocorrência de incêndios 	Grau	AFN/Município
			<ul style="list-style-type: none"> Área ardida 	ha	AFN
			<ul style="list-style-type: none"> Número de ocorrências de incêndios florestais 		AFN
		<ul style="list-style-type: none"> Estratégias de minimização de ocorrência de incêndios florestais 	<ul style="list-style-type: none"> Normas de edificação em espaços urbanos confinados ou inseridos em espaços florestais¹ 	Nº	Município
			<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento (número) das ações/programas previstos nos Eixos Estratégicos do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio de Arganil¹ 		
		<ul style="list-style-type: none"> Edifícios e estado de conservação Estratégias de desenvolvimento industrial 	<ul style="list-style-type: none"> Número de ocorrência de incêndios industriais 	ANPC/Município	
			<ul style="list-style-type: none"> Número de edifícios afetados 		
		<ul style="list-style-type: none"> Estratégias de minimização de ocorrência de incêndios florestais e industriais Meios de prevenção e socorro 	<ul style="list-style-type: none"> Número de indústrias com Planos de Emergência Internos e de Projetos da Especialidade de SCIE¹ 	Município	
			<ul style="list-style-type: none"> Corporação de agentes envolvidos no combate a incêndios (bombeiros, proteção civil, outros) 		
			<ul style="list-style-type: none"> Meios e verbas disponíveis concedidas às corporações de bombeiros existentes no concelho¹ 		€
	Contaminação florestal	<ul style="list-style-type: none"> Estratégias de exploração e gestão florestal 	<ul style="list-style-type: none"> Produção florestal 	ha	AFN/Município
			<ul style="list-style-type: none"> Ocorrência de pragas 	Nº	
		<ul style="list-style-type: none"> Estratégias de prevenção e minimização face à ocorrência de situações de infeção florestal 	<ul style="list-style-type: none"> Número de árvores afetadas 	ha	
			<ul style="list-style-type: none"> Área afetada Tipos de praga 	Tipologia	
	Acidentes Industriais	<ul style="list-style-type: none"> Situações de derrame Solo contaminado 	<ul style="list-style-type: none"> Número de ocorrência de derrame¹ 	Nº	ANPC/Município
<ul style="list-style-type: none"> Área de terreno contaminada em resultado de ocorrência de derrame¹ 			ha		
<ul style="list-style-type: none"> Situações de explosão 		<ul style="list-style-type: none"> Número de ocorrências de explosão¹ 	Nº		
<ul style="list-style-type: none"> Grau de impermeabilização afeto a espaço industrial 		<ul style="list-style-type: none"> Área impermeabilizada afeta a uso industrial 	ha	Município	

FCD	Domínio de Avaliação	CrITÉrios de Avaliação	Indicadores	Unidade	Fonte
		<ul style="list-style-type: none"> • Meios de prevenção • EstratÉgias de minimizaÇão face à ocorrÊncia de situaÇões de derrame 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de indústrias com Planos de EmergÊncia Internos/Externos e de Projetos da Especialidade de SCIE¹ 	N	Município
	Erosão	<ul style="list-style-type: none"> • Solo 	<ul style="list-style-type: none"> • Uso do solo em áreas com risco de erosão 	Tipologia	
		<ul style="list-style-type: none"> • EstratÉgias de prevenÇão e minimizaÇão face à ocorrÊncia de situaÇes de erosão 	<ul style="list-style-type: none"> • OcorrÊncia de erosão • Medidas de contenÇo face à ocorrÊncia de eroso¹ 	N. eventos	
	Cheias	<ul style="list-style-type: none"> • SituaÇes de cheia 	<ul style="list-style-type: none"> • OcorrÊncia de cheias 	N	
			<ul style="list-style-type: none"> • reas inundadas 	ha	
		<ul style="list-style-type: none"> • Grau de impermeabilizaÇão do solo • Gestão territorial 	<ul style="list-style-type: none"> • Infra-estruturas afetadas¹ 	N	
			<ul style="list-style-type: none"> • rea impermeabilizada 	ha	
			<ul style="list-style-type: none"> • Uso do solo em áreas de risco de cheia 	Tipologia	
			<ul style="list-style-type: none"> • Edifícios em áreas de risco de cheia¹ 	N	
	<ul style="list-style-type: none"> • EspaÇos REN 	ha			
<ul style="list-style-type: none"> • Normas de controlo da impermeabilizaÇão do solo¹ 	N				

(AFN – Autoridade Florestal Nacional; ANPC – Autoridade Nacional da ProteÇão Civil; SCIE – SeguranÇa Contra IncÊndios em Edifícios)

1 - Indicador com lacuna de informaÇão, analisado na avaliaÇão da implementaÇão da proposta de revisão do PDM de Arganil

5.2. Situação existente e análise de tendências

5.2.1. Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

A análise SWOT¹, descrita no quadro seguinte, sistematiza a análise efetuada para a situação existente na área de intervenção da proposta de revisão do PDM de Arganil, considerando as tendências de evolução provável no cenário de não implementação da presente proposta, no âmbito do FCD - Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade.

Quadro 13 - Análise SWOT no âmbito do FCD – Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Quadro de recursos naturais onde se destacam a Floresta, a Serra do Açor, a mata da Margaraça • Rota das Aldeias do Xisto e Rota das Serras • Dinâmica turística crescente revelada pelas unidades de turismo rural • Diminuição da taxa de desemprego • Aumento da taxa de atividade 	<ul style="list-style-type: none"> • Localização geográfica • Rede de acessibilidades • Envelhecimento da população • Débil tecido produtivo e de espaços estruturados e infraestruturados vocacionados para instalar atividades económicas • Fraco dinamismo económico
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Turismo como sector estratégico • Desenvolvimento do turismo de espaço rural e natural • Novo traçado do IC6 irá contribuir para a melhoria das acessibilidades ao município, permitindo assim aumentar a própria atratividade, quer para fixação de população, quer para instalação de novas atividades económicas • Maior visibilidade e crescimento do interesse do mercado por produtos tradicionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmica demográfica negativa, com tendência para um cada vez maior envelhecimento da população • Fraca capacidade de empreendedorismo • Baixos níveis de formação profissional • Progressivo desinteresse pela gestão dos espaços florestais e dos baldios por força da evolução das condições de vida, nomeadamente, a crescente e progressiva “urbanização dos modos e forma de vida” de uma população tradicionalmente rural

¹ O termo SWOT significa - Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats).

5.2.2. Biodiversidade e Conservação da Natureza

A análise SWOT, descrita no quadro seguinte, sistematiza a análise efetuada para a situação existente da área de intervenção da proposta de revisão do PDM de Arganil, considerando as tendências de evolução provável no cenário de não implementação da presente proposta, no âmbito do FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza.

Quadro 14 - Análise SWOT no âmbito do FCD - Biodiversidade e Conservação da Natureza

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Áreas Classificadas (Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor (APPSA) – SIC «Complexo do Açor – PTCON0051», dos quais fazem parte a Reserva Natural Parcial da Mata da Margarça, a Reserva de Recreio da Fraga da Pena, os afloramentos do Fajão e os cumes de São Pedro do Açor e da Cebola • Zonas naturais e seminaturais, com valor ambiental (Serra do Açor, Mata da Margarça, Fraga da Pena, Rios Alva e Ceira, Albufeiras, Ribeiras, Ravinas de Folques e Celavisa) • Diversidade de paisagens (Montanha, floresta autóctone, cursos e quedas de água, albufeiras e vales) • Elevada diversidade de fauna e flora, algumas das espécies com estatutos especiais de conservação. Considerando a flora registam-se vários endemismos e espécies listadas nos anexos da DH, entre outras listas de espécies ameaçadas nacionais e internacionais • Conhecimento da distribuição dos valores naturais florísticos e respetivo estado de conservação • Potenciais zonas de lazer naturais e seminaturais 	<ul style="list-style-type: none"> • Zonas florestais com predominância do eucalipto e outras com presença, ou mesmo dominância de espécies exóticas • Ausência de uma gestão efetiva para valores ecológicos presentes no concelho e não abrangidos pela APPSA • Excesso de afluência, no período estival, de turistas na Reserva de Recreio da Fraga da Pena
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de uma gestão adequada dos valores naturais em áreas classificadas e fora destas • Recuperação dos vales associados a linhas de água e da vegetação ripícola associada • Reflorestação ou reabilitação do coberto arbustivo original como medida de valorização paisagística e ecológica • Aproveitamento adequado e sustentável dos recursos naturais e seminaturais, potenciando o turismo e o desenvolvimento económico • Aposta no ecoturismo • Pretensão de homologar os percursos pedestres e colocar sinalética mais adequada 	<ul style="list-style-type: none"> • Incremento das monoculturas de eucalipto • Incêndios e conseqüente perda de área florestal • Proliferação de espécies exóticas invasoras • Erodibilidade dos solos resultantes de alteração do coberto vegetal • Exploração insustentável do potencial turístico da região. Turismo desregrado

5.2.3. Qualidade Ambiental

A análise SWOT pretende traçar o diagnóstico geral e o resumo das características ambientais e das tendências existentes ao nível do concelho de Arganil reunindo, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, ocasionam um conjunto de ameaças e oportunidades associadas ao FCD em análise. Esta análise identifica as tendências de evolução provável no cenário de não implementação da proposta de revisão do PDM de Arganil (Quadro 15).

Quadro 15 – Análise SWOT no âmbito do FCD – Qualidade Ambiental

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Educação ambiental nas escolas e campanhas de sensibilização à população, relativamente à recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos • Evolução na recolha e tratamento adequado de Resíduos Sólidos Urbanos • A totalidade da população é abastecida por sistemas de abastecimento de água para consumo humano • Índice da qualidade do ar da Zona Centro Interior (onde se insere o concelho de Arganil) classificado como “Bom” • Aposta municipal na mobilidade sustentável Aposta municipal na Energia Eólica 	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de população servida por sistemas de tratamento de águas residuais • Deterioração da qualidade das linhas de água motivada por eventuais descargas de fossas sépticas mal dimensionadas e/ou contaminação proveniente da atividade agrícola.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Reforço na promoção das energias alternativas particularmente na energia eólica como elemento impulsionador na criação de empresas ligadas ao sector • Intervenção municipal ao nível do fomento da mobilidade sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> • Degradação da qualidade da água superficial e subterrânea devido a descargas diretas de fossas sépticas nas linhas de água • Possível deterioração da qualidade do ar devido ao efeito cumulativo da implantação e laboração de unidades industriais

5.2.4. Património Cultural e Turismo

A análise SWOT, apresentada no quadro que se segue, pretende traçar um diagnóstico geral e o resumo das tendências existentes ao nível do concelho de Arganil no que concerne ao Património Cultural e Turismo. Esta análise identifica as tendências de evolução provável no cenário de não implementação da proposta de revisão do PDM de Arganil (Quadro 16).

Quadro 16 – Análise SWOT no âmbito do FCD – Património Cultural e Turismo

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Condições favoráveis à prática de turismo ativo e <i>touring</i> cultural • Pontos de referência turística do concelho referenciados em projetos intermunicipais como as Aldeias do Xisto e as Aldeias Históricas de Portugal • Diversidade e bom estado de conservação do património construído • Gastronomia e produtos tradicionais diversos e ricos 	<ul style="list-style-type: none"> • Débil promoção do turismo e marketing territorial • Deficiente promoção da gastronomia e produtos tradicionais locais • Falta de qualificação das unidades hoteleiras
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Inserção numa região de importantes dinâmicas turísticas 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de Municípios vizinhos com oferta/aposta turística em produtos análogos mas com maior qualificação

5.2.5. Riscos Ambientais

A presente análise pretende apresentar, de uma forma sucinta, as características associadas ao FCD em avaliação mais relevantes, reunindo os elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, dão origem a ameaças e oportunidades. Esta análise identifica as tendências de evolução provável no cenário de não implementação da proposta de revisão do PDM de Arganil (Quadro 17).

Quadro 17 - Análise SWOT no âmbito do FCD – Riscos Ambientais

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de um Plano Municipal de Emergência do concelho (em revisão) • Existência do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio para o concelho (em revisão) • Riqueza natural e qualidade paisagística • Existência de empresas instaladas nas zonas industriais com atividades na área das energias renováveis, nomeadamente biomassa (Pinewells, Lda) • Espécies endémicas (processionária do pinheiro e bróstico pequeno) que têm convivido de forma sustentável com os povoamentos florestais • Presença de duas barragens no concelho de Arganil: a barragem das Fronhas e a barragem do Alto Ceira, com grande disponibilidade de água • Existência de vários cursos de água, sendo o rio Alva o principal curso de água e possui diversas ribeiras e linhas de água no concelho, sendo as principais: Ribeira da Aveia, Ribeira de Folques, Ribeira da Mata, Ribeira de Celavisa, Ribeira de Pomares e Ribeira de Piódão 	<ul style="list-style-type: none"> • Território com grandes áreas de floresta vulnerável à ocorrência de incêndio • Perigosidade de incêndio muito elevada em grande parte do território - Elevada perigosidade de incêndio florestal na “zona do Açor” e na “zona do Alva” • Território com declives acentuados, facto que origina dificuldades de acesso em caso de incêndio florestal • Conjugação entre tipologia de solos, topografia e precipitação • Elevada área de incultos (40,6%) • Dimensão do concelho e distribuição dos aglomerados populacionais • Envelhecimento da população • Território pouco atrativo à fixação populacional • Extensas manchas populacionais instaladas em áreas identificadas como vulneráveis (localidades de Arganil, Sarzedo, Folques, Coja, Secarias, Pomares e Vila Cova do Alva, por exemplo)
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação efetiva e total do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios • Gestão holística dos riscos nos parques industriais • Promoção e desenvolvimento de um turismo sustentável, onde a informação, sensibilização e manutenção dos espaços naturais seja uma realidade • Rentabilização económica resultante da gestão das áreas naturais, nomeadamente do património florestal 	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de incêndio • Possibilidade de ocorrência de acidentes industriais (derrame, explosão, incêndios industriais) • Risco de inundação e cheia • Grande parte do território encontra-se sujeita a risco de erosão • Contaminação florestal, nomeadamente pelo agente nemátodo do pinheiro (espécie exótica) • Desertificação e abandono do território

5.3. Efeitos esperados da proposta de revisão do PDM de Arganil por Fator Crítico para a Decisão

5.3.1. Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

A análise dos efeitos esperados da proposta de revisão do PDM de Arganil foi efetuada com base na avaliação da relação entre os efeitos das opções estratégicas definidas pela proposta de revisão do PDM de Arganil e os indicadores estabelecidos para o FCD – Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade. A proposta de revisão do PDM de Arganil poderá assim consubstanciar um conjunto de **efeitos positivos e negativos** que importa considerar:

- A concretização do modelo de ordenamento e estratégico da revisão do PDM de Arganil irá aumentar o nível de qualidade de vida, o que permitirá tornar o concelho mais atrativo, prevendo-se assim uma maior **captação de população**, nomeadamente população mais jovem, de forma a contrariar o processo de envelhecimento que o concelho tem sofrido ao longo dos últimos anos.

- A revisão do PDM de Arganil favorece a **estruturação e qualificação urbanísticas** das principais centralidades, nomeadamente, Arganil como sede de concelho e Coja. A redefinição do perímetro urbano nestas duas centralidades permitirá ganhos de estruturação urbanística do território ajustando o tecido urbano à integração de novos fatores de desenvolvimento como são os casos da expansão da zona industrial das Relvinhas e da construção da nova variante à EN345.

A redefinição dos perímetros e a classificação do solo proposta pela revisão do PDM de Arganil permitirá, também, um maior equilíbrio entre os espaços construídos e não construídos e entre as atividades e funções instaladas.

- A própria revisão do PDM de Arganil assume-se como o principal **plano municipal de ordenamento municipal do território** pois é o único instrumento de gestão territorial de escala municipal que abrange todo o território do município. É esperado do processo de implementação da revisão do PDM Arganil a objetiva definição de um quadro de ordenamento do território mais qualificado.

- A proposta de revisão do PDM de Arganil impõe um quadro de ordenamento mais regulador e mais equilibrado, do quadro de usos e ocupações do solo. Assim, é esperado deste processo de revisão um maior grau de preocupação com a defesa e preservação das áreas mais sensíveis do ponto de vista ambiental e paisagístico. O desenvolvimento de projetos de valorização e de qualificação dos **valores naturais e paisagísticos** do município pode atrair visitantes em escala e

em número que podem sobrecarregar a capacidade de suporte do meio. Por isso, as preocupações com o equilíbrio entre o uso e a capacidade de suporte do meio natural devem merecer avaliação permanente e constante.

- A definição da **Estrutura Ecológica Municipal** (EEM) permite enquadrar no PDM e no processo de gestão municipal as atuais preocupações e orientações de política nacional e local em matéria de valorização do sistema biofísico.

- O processo de reclassificação do solo necessário à redefinição dos perímetros urbanos implicou o “consumo” de solos anteriormente integrados quer em **REN** quer em **RAN**. - Os objetivos estratégicos da revisão do PDM incorporam a preocupação da valorização e preservação dos valores naturais, pelo que se espera que produza um efeito positivo em todas as áreas naturais e nomeadamente nas áreas pertencentes à **Rede Natura 2000**.

- A proposta de revisão do PDM de Arganil impõe um quadro de ordenamento mais regulador e mais equilibrado, do quadro de usos e ocupações compatíveis com o Solo Rural, quer por via da incorporação das orientações do PROT-C quer do PMDFCI. Assim, é esperado deste processo de revisão um maior grau de preocupação com a defesa e preservação de todo o **solo rural**.

- Os objetivos estratégicos do plano referem a necessidade de “**estruturar o território urbanizado**” e “Garantir o acesso aos serviços e equipamentos de apoio que permitam consolidar e tornar mais atrativo este território”, pelo que se espera um efeito significativo.

- A revisão do PDM permitirá sistematizar, hierarquizar e estabelecer prioridades na execução de uma **rede viária** estruturada e coerente que favoreça a estrutura e o ordenamento do território, garantindo a qualidade de vida da população mas também a atração e fixação de novos investimentos.

- A execução das propostas da revisão do PDM de Arganil motivará, certamente, a implementação de políticas de estruturação, infraestruturção e qualificação dos **espaços de atividades económicas** que, por sua vez, motivarão a atração e fixação de mais unidades empresariais e de mais investimento e gerarão maior capacidade de emprego.

- A dinâmica empresarial esperada com a capacidade de atração e fixação de novos investimentos no município irá produzir efeitos positivos na **criação de emprego** e na **atração e fixação de novas populações**. Serão assim esperados efeitos positivos no aumento da população ativa e empregada, no aumento do índice de poder de compra *per capita*, na diminuição da taxa de desemprego e no aumento de oportunidades de realização de ações de formação profissional, ou mesmo, na criação de estruturas vocacionadas exclusivamente para esse fim.

- A proposta de revisão do PDM de Arganil integra preocupações ambientais e paisagísticas que dão especial ênfase às áreas integradas em Rede Natura. Nesse sentido espera-se que a revisão do PDM possa contribuir para a **dinamização de projetos** associados à Mata da Margaraça/ Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor ou ao Piódão.

- A qualificação dos espaços urbanos e da qualidade de vida dos arganilenses é objetivo assumido pela revisão do PDM. Ora, da implementação do PDM e do quadro dos seus objetivos estratégicos e fundamentais é essencial que se garanta a existência de uma rede de **Equipamentos de Utilização Coletiva de qualidade**, em todos os domínios.

- As questões da **mobilidade sustentável** e **mobilidade para todos** constituem conceitos que integram a proposta de revisão do PDM de Arganil. O município tem vindo a desenvolver e implementar políticas qualificadoras nestes domínios pelo que são esperados da revisão do PDM contributos positivos e reforçadores das políticas em curso.

5.3.2. Conservação da Natureza e Biodiversidade

A análise dos efeitos esperados da proposta de revisão do PDM Arganil foi efetuada com base na avaliação da relação entre os efeitos das opções estratégicas definidas pela proposta de revisão do PDM de Arganil e os indicadores estabelecidos para o FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza. A proposta de revisão do PDM de Arganil poderá assim consubstanciar um conjunto de **efeitos positivos e negativos**, ao nível do FCD – Conservação da Natureza, que importa considerar:

- São esperados efeitos positivos no que concerne aos indicadores relativos às **áreas classificadas**, uma vez que esta proposta de revisão do PDM de Arganil evidencia a importância dos valores naturais constantes nestas áreas, através da sua proposta de regulamento (artigo 22º - Espaços Naturais), onde a Área de Intervenção do Plano de Ordenamento da Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor, objeto de proteção específica, e que integra o perímetro florestal da Mata Margaraça, bem como a área correspondente aos limites da Rede Natura 2000 – Sítio Complexo do Açor PTCO0051, são caracterizados e evidenciados enquanto “*espaços de elevada sensibilidade ambiental e paisagística que integram valores de natureza cultural, histórica, paisagística e ambiental*” pelo que importa “*salvaguardar a manutenção do seu equilíbrio ecológico*”.

- O PDM atualmente em vigor, datado de 1995, não faz referência às áreas de **Rede Natura 2000**, pelo que, a aprovação da proposta de revisão do PDM de Arganil irá garantir que este IGT se atualize e valorize a relevância destas áreas.

- A proposta de regulamento da revisão do PDM de Arganil suporta a Secção VI – Espaços de Ocupação Turística, onde se refere a importância de um “*programa de forte e reconhecida componente turística que envolva, nomeadamente, turismo em espaço rural, desportos/lazer e unidade hoteleira ou outro equipamento âncora que o município aceite como relevante e oportuno*”.

- As áreas com **risco de erosão e risco de incêndio** mais elevado estão em solos com ocupação vegetal, como é o caso dos espaços naturais, pelo que assumem especial importância as atividades de reflorestação e minimização da ocorrência de incêndios florestais como forma de minimizar, de forma indireta, a ocorrência de erosão.

- A alínea 3, do artigo 27º - Estatuto de Uso e Ocupação do Solo da proposta de regulamento da revisão do PDM de Arganil indica que “*no espaço florestal os processos e projetos de arborização e/ rearborização devem observar as orientações dos PROF Pinhal Interior Norte, quanto às espécies e quanto aos modelos de exploração silvícola a adotar*” pelo que se garante, desta forma, um efeito positivo no âmbito do indicador “Reflorestação ou reabilitação de áreas afetadas por incêndios ou outras manifestações antrópicas”.

- A definição e delimitação de uma Estrutura Ecológica Municipal (EEM) vão ao encontro de vários objetivos de sustentabilidade, uma vez que a sua implementação promoverá um *continuum naturale* que contribuirá para a valorização de elementos ambientais e paisagísticos, evitando a fragmentação dos *habitats*. A proposta de revisão do PDM delimita a EEM para Arganil, com cerca de 246,8 km², enquadrando áreas da **Rede Natura 2000, RAN, REN, Regime Florestal e Espaços Verdes Urbanos**.

- A criação de uma **Zona de Intervenção Florestal (ZIF)** parte dos proprietários ou produtores florestais ou organismos gestores de áreas públicas ou municipais ou ainda órgãos de administração dos baldios através da constituição de um núcleo fundador, pelo que, independentemente da sua importância, a Câmara Municipal de Arganil não detém responsabilidades diretas sobre estas áreas. Não obstante, pela relevância dada aos valores naturais presentes no Município, traduzida na proposta de regulamento da revisão do PDM, considera-se expectável a proposta de revisão do PDM de Arganil favorecer, por osmose, os valores presentes nas ZIF's do Concelho.

- O artigo 2º - Princípios e Objetivos Estratégicos, da proposta de regulamento da revisão do PDM de Arganil destaca os “*grandes objetivos estratégicos, enquadrados pelo modelo estratégico de desenvolvimento que, conjuntamente com o modelo territorial conformam a proposta de ordenamento*”, destacando-se, entre eles o eixo 5, relativo à “*valorização e preservação dos valores naturais – apostar na manutenção e preservação dos recursos florestais, hídricos e naturais*”, pelo que é expectável um efeito positivo nos indicadores referentes à **gestão, conservação e valorização da floresta**. Porém, importa salientar a importância de fomentar ações de controlo de espécies vegetais invasoras também nas áreas do Município que não sejam integrantes do Plano de Ordenamento da Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor, de forma a combater a contínua proliferação das espécies invasoras.

5.3.3. Qualidade Ambiental

A análise dos efeitos esperados pela proposta de revisão do PDM de Arganil foi efetuada tendo por base os efeitos das opções estratégicas (e objetivos estratégicos correspondentes) assumidas pela proposta de revisão do PDM de Arganil que poderão ser observados ao nível dos indicadores definidos. Assim, as opções estratégicas e respetivos objetivos da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Arganil podem consubstanciar **efeitos positivos ou negativos** ao nível dos elementos caracterizados por alguns indicadores selecionados para a análise do FCD – Qualidade Ambiental, que importa considerar:

- A proposta de revisão do PDM prevê uma **melhoria ao nível do sistema de gestão de Resíduos Sólidos Urbanos**, acompanhado de um consequente aumento dos níveis de separação seletiva de resíduos sólidos urbanos.
- A proposta de revisão do PDM prevê o desenvolvimento de ações que visem a **preservação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos**, nomeadamente a reabilitação da rede hidrográfica dentro dos perímetros urbanos e ainda a promoção de ações de educação e sensibilização ambiental.
- Com a proposta de revisão do PDM de Arganil prevê-se uma **redução do consumo de água**, uma vez que estão previstos projetos relacionados com a gestão eficiente da água em edifícios e espaços públicos.

- A proposta de revisão do PDM de Arganil prevê a implementação de um Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano nos **sistemas de abastecimento de água** que ainda não se encontram abrangidos.

- Prevê-se um aumento da **população servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais**, devido à concretização de vários projetos que permitirão colmatar as insuficiências ainda existentes neste sector (nomeadamente requalificação de ETAR's existentes).

- É expectável que ocorra um efeito negativo devido a possíveis contaminações do solo e massas de água superficiais e subterrâneas devido à lixiviação de efluentes provenientes de **explorações agro-pecuárias**. No entanto, importa salientar como efeito positivo que a proposta de revisão do Plano prevê um levantamento das indústrias que possam contaminar os recursos hídricos, tais como suiniculturas, lagares, queijarias, aviários, vacarias, e outros.

- A proposta de revisão do PDM de Arganil prevê a execução de vários projetos que promovem a **utilização eficiente da água**, nomeadamente ao nível dos espaços e edifícios públicos, assim como da adoção de boas práticas ambientais, em todos os seus domínios. Pretende ainda promover um modelo económico e empresarial, assente na defesa dos princípios da proteção do ambiente. Neste sentido, prevê-se que o efeito esperado seja positivo e significativo, uma vez que irá potenciar um uso mais eficiente da água.

- O possível aumento dos **níveis de ruído** decorrente do aumento previsível do tráfego rodoviário a nível concelhio e das novas infra-estruturas viárias que se pretendem criar no concelho traduz-se num efeito negativo. No entanto, considera-se este efeito como pouco significativo, uma vez que se prevê um aumento da proteção da população contra os efeitos do ruído devido à integração, na proposta de revisão do PDM de Arganil, do estipulado no Regulamento Geral do Ruído (RGR), decorrente da imposição legal definida no Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, que estabelece a necessidade de implementar planos municipais de redução de ruído em zonas de conflito com o RGR, nos casos em que tal for aplicável.

- O aumento das áreas industriais decorrente da proposta de revisão do PDM de Arganil pode contribuir para a **degradação da qualidade do ar** do concelho. Neste contexto, considera-se este efeito como negativo, no entanto, pouco significativo, uma vez que a proposta de revisão pretende promover uma aposta na criação de um modelo económico e empresarial que vise a proteção ambiental.

- A presente proposta de revisão de PDM de Arganil prevê ainda uma melhoria da **qualidade do ar** no concelho (e consequentemente uma melhoria na qualidade de vida das populações) uma vez

que pretende fomentar a execução de projetos que promovam a mobilidade sustentável, nomeadamente através de uma melhor articulação e compatibilização das infra-estruturas viárias com os modos de transporte pedonal e ciclável.

- Uma vez que está prevista uma diminuição da população residente do concelho, até 2021, é previsível que o **consumo de energia** registe igualmente uma redução. A proposta de revisão do PDM de Arganil pretende ainda promover uma redução ao nível do consumo de energia através da implementação de projetos eco-eficientes.

- A proposta de revisão do PDM de Arganil pretende promover o **aproveitamento de recursos naturais para produção de energia** (nomeadamente através da produção de energia elétrica através da energia eólica).

5.3.4. Património Cultural e Turismo

A análise dos efeitos esperados pela proposta de revisão do PDM de Arganil será efetuada tendo por base os efeitos significativos das opções estratégicas (e objetivos estratégicos correspondentes) assumidas pela proposta de revisão do PDM de Arganil que poderão ser observados ao nível dos indicadores definidos. Assim, as opções estratégicas e respetivos objetivos da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Arganil podem consubstanciar **efeitos positivos ou negativos** ao nível dos elementos caracterizados por alguns indicadores selecionados para a análise do FCD – Património Cultural e Turismo, que importa considerar:

- A proposta de revisão do PDM de Arganil apresenta enquanto objetivo estratégico “*Fomentar (...) os valores culturais, patrimoniais e históricos da sua população que sustentem o desenvolvimento de uma imagem forte do concelho*”. Com a materialização deste objetivo, assegura-se a preservação do **património edificado**, bem como a promoção e eventual classificação de **novos Imóveis** no concelho.

- A proposta de revisão do PDM de Arganil pretende preservar e integrar na estratégia de divulgação e afirmação da **imagem** do concelho, o Património Cultural.

- A proposta de revisão do PDM de Arganil apresenta enquanto objetivo estratégico “*Apostar no turismo e no Lazer definindo uma estratégia de turismo sustentável com forte relação com o ambiente natural, valorizando os recursos naturais, culturais e históricos, ambicionando criar*

novas bases de economia local”, inserido na opção estratégica “*Potenciar o Turismo*”. A proposta de revisão do PDM de Arganil pretende assim apostar em atividades do **Turismo e do Lazer** associadas ao seu quadro de recursos naturais. A proposta de revisão pretende ainda desenvolver o sector do turismo numa perspetiva de sustentabilidade.

5.3.5. Riscos Ambientais

A análise dos efeitos esperados pela proposta de revisão do PDM de Arganil foi efetuada tendo por base os efeitos significativos das opções estratégicas (e objetivos estratégicos correspondentes) assumidas pela proposta de revisão do PDM de Arganil. Assim, as opções estratégicas e respetivos objetivos da proposta de revisão do PDM em análise podem consubstanciar **efeitos positivos ou negativos** ao nível dos elementos caracterizados pelos indicadores selecionados para a análise do FCD – Riscos Ambientais, que importa considerar:

- A proposta de revisão do PDM assume princípios e Objetivos de sustentabilidade bem como de preservação e manutenção da qualidade do espaço natural que integra o território. A **componente florestal**, sendo um importante valor natural da região deve ser conservada, constituindo tal aspeto umas das preocupações expressas pela revisão do PDM.
- Sendo o PDM um instrumento de gestão territorial o qual define, entre outros aspetos, as normas de ordenamento para o território, o mesmo integrará questões que visem o cumprimento do estabelecido em legislação própria no que se refere à **ocupação do espaço florestal**.
- No âmbito dos objetivos da proposta de revisão do PDM assume-se a preservação dos recursos naturais como um fator de desenvolvimento estratégico do concelho. Neste sentido, e dando cumprimento a outras competências do município, nomeadamente na gestão florestal, a implementação das **ações definidas no PMDFCI** são um dos mecanismos para assegurar a preservação dos recursos naturais.
- Considera-se que os efeitos da proposta de revisão do PDM sobre o indicador “**Produção Florestal**” serão positivos na medida em que é objetivo da autarquia uma valorização económica deste recurso, e como tal, espera-se uma melhoria na produção florestal do concelho.

- Resultados de orientações legislativas de controlo e erradicação das **pragas** já identificadas, nomeadamente a do nemátodo do pinheiro, o município está vinculado ao cumprimento das mesmas.
- Espera-se que os efeitos ao nível dos indicadores relacionados com a **ocorrência de cheias** sejam positivos e significativos, resultado das regras de ordenamento do território impostas pela revisão do PDM. É, no entanto, de todo impossível prever se face à ocorrência de eventos extremos imprevisíveis como os que se têm verificado nos últimos anos, estas serão o garante da segurança total de bens e pessoas.
- É de esperar que se verifique um aumento da **área impermeabilizada** no concelho, fruto do desenvolvimento económico e social que se pretende alcançar, sendo para tal necessário, em grande parte dos casos, promover a edificação em novos espaços. Inevitavelmente, este facto alterará as funções naturais do solo, diminuindo a sua capacidade de infiltração e promovendo o escoamento superficial.
- No indicador relativo ao “**Uso do solo em áreas de risco de cheia**” referem-se dois aspetos, um relativo ao solo urbanizado e outro ao solo urbanizável. Para o primeiro caso, pese embora a atual proposta de revisão não possa definir importantes restrições, pode e deve definir medidas de controlo e minimização isto porque se verificam alguns conflitos. Neste sentido, é preciso atender a esta vulnerabilidade e minimizar os efeitos das ocorrências. Para o segundo caso, o do solo urbanizável, pese embora não se verifiquem conflitos, o mesmo desenvolve-se em área contíguas ou muito próximas a áreas identificadas com risco de inundação. Neste sentido, o PDM define as restrições e os critérios para implementação de novos projetos nestas áreas.
- Dada a delimitação definida para as áreas com risco de cheia/inundação não verificar a **presença de edifícios sensíveis** nestas áreas, dando cumprimento ao estabelecido na proposta de regulamento, os efeitos esperados são positivos e significativos.
- As indústrias a instalar futuramente no concelho serão alocadas nos **espaços industriais** já existentes ou nos propostos. Sendo objetivo desta proposta de revisão do PDM apostar na sustentabilidade destes espaços bem como na adoção de medidas de eco-eficiência e ecologia industrial, é de esperar que a ocorrência de situações de emergência seja minimizada e que, em caso de ocorrência, os efeitos sejam mais facilmente controláveis. Deste modo, é de prever que também os mecanismos de gestão de acidentes industriais permitam uma redução da ocorrência de derrames e explosão, pelo que se considera que o efeito é positivo e significativo.

- A proposta de revisão do PDM não prevê o desenvolvimento de atividades urbanísticas em áreas com **risco de erosão**, pelo que o indicador sofrerá um efeito positivo. Estas áreas estão em solos com usos florestal, na sua maioria, pelo que assumem especial interesse as atividades de reflorestação e minimização da ocorrência de incêndios florestais como forma de minimizar, de forma indireta, a ocorrência de erosão.

5.4. Oportunidades e Ameaças para o ambiente previstas com a implementação da proposta de revisão do PDM de Arganil

5.4.1. Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como o ordenamento do território, desenvolvimento regional e competitividade serão afetados com a implementação da proposta de revisão do PDM de Arganil.

No quadro seguinte são apresentadas, sinteticamente, as oportunidades e as ameaças de ocorrência provável com a implementação da proposta de revisão do PDM de Arganil, organizadas para o FCD - Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade.

Quadro 18 - Oportunidades e ameaças da proposta de revisão do PDM de Arganil no que respeita ao FCD – Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria do estado de ordenamento do território contribuindo para um maior equilíbrio entre os diversos usos e funções e o sistema biofísico • Consolidação, qualificação e reforço da aposta na industrialização e na dinamização do tecido empresarial à escala municipal • Criação de espaços vocacionados para a instalação de atividades económicas estruturadas e infraestruturadas, atrativos e potenciadores dos excelentes níveis de acessibilidade, da tradição industrial, da localização geográfica e de forte relação com o quadro de recursos locais • Possibilidade de executar um desenho urbano estruturado, coerente e atrativo que possibilite a afirmação da sede do concelho no sistema urbano regional • Possibilidade de incentivar e fortalecer o desenvolvimento das práticas agrícolas tradicionais, associadas a práticas agrícolas de pluriatividade e significativa importância na complementaridade dos rendimentos familiares • Promoção de uma capacidade atrativa do município no que respeita aos seus valores naturais. A Mata da Margaraça / Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor e os rios Ceira e Alva como fatores valorizadores do território e atrativos à fixação de novas atividades e investimentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Carácter de “interioridade” relativamente às acessibilidades e aos principais polos económicos e de conhecimento da região Centro • Tendência para o declínio e o abandono das práticas agrícolas tradicionais em regime de complementaridade e progressiva florestação de terrenos com atual uso agrícola • Excessiva polarização da sede do concelho • Inutilização e/ou abandono de Solo classificado como Rural, que mantinha uma ocupação agrícola ou florestal • Tendência para o declínio demográfico e para a desertificação dos principais aglomerados

5.4.2. Biodiversidade e Conservação da Natureza

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como a biodiversidade e conservação da natureza será afetada com a implementação da proposta de revisão do PDM de Arganil.

Neste contexto, procede-se à identificação das oportunidades e ameaças que a proposta de revisão do PDM de Arganil poderá provocar ao nível deste FCD (Quadro 19).

Quadro 19 - Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Arganil no que respeita ao FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Área de floresta significativa cujo ordenamento, planeamento e gestão promovem a conservação de valores naturais, o desenvolvimento económico e a minimização do risco de incêndios florestais • Base de recursos naturais e culturais que suportam atividades desportivas e turísticas sustentáveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Risco elevado de ocorrência de incêndios florestais • Proliferação das espécies exóticas invasoras • Insustentabilidade na exploração dos recursos turísticos da região • Falta de um plano de gestão para a Reserva Biogenética da Mata da Margaraça

5.4.3. Qualidade Ambiental

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como a qualidade ambiental irá ser afetada com a implementação da proposta de revisão do PDM de Arganil.

Neste contexto, procede-se à averiguação e avaliação dos efeitos que esta revisão poderá provocar ao nível do FCD em análise, identificando-se as suas oportunidades e ameaças (Quadro 20).

Quadro 20 – Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Arganil no que respeita ao FCD – Qualidade Ambiental

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria na rede de saneamento • Adesão do município às Águas do Mondego vai originar soluções adequadas relativamente aos problemas relacionados com o saneamento básico • Redução das perdas de água na rede de abastecimento • Melhoria do sistema de gestão de RSU • Aposta na educação ambiental (nomeadamente ao nível da gestão dos resíduos e da água) • Intervenções diversas no sentido de promover a mobilidade sustentável, quer ao nível da mobilidade pedonal, da mobilidade rodoviária quer da mobilidade ciclável • Aposta nas energias renováveis (nomeadamente na energia eólica - Parque Eólico vai ser alargado na freguesia da Mourísia) • Aposta na criação de modelos de gestão empresarial mais sustentáveis do ponto de vista ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação de áreas industriais (com implicações ao nível da produção de resíduos industriais, águas residuais, emissões gasosas e poluição sonora) • Aumento do tráfego rodoviário resultante da expansão da malha viária

5.4.4. Património Cultural e Turismo

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como o património cultural e o turismo serão afetados com a implementação da proposta de revisão do PDM de Arganil.

Neste contexto, procede-se à averiguação e avaliação dos efeitos que esta revisão poderá provocar ao nível do FCD em análise, identificando-se as suas oportunidades e ameaças (Quadro 21).

Quadro 21 - Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Arganil no que respeita ao FCD – Património Cultural e Turismo

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Aposta forte no Turismo e no Lazer numa perspetiva ligada à Natureza: formas de turismo de Natureza, Eco turismo, Lazer e recreio associados aos cursos de água, desportos radicais e da natureza. • Aposta no sector do turismo considerando duas fortes vertentes: o Golfe e a segunda residência e o Turismo de Natureza e de forte vertente Ambiental • Aposta no turismo sustentável, com forte relação com o Ambiente Natural • Potencialidades imensas, desde os rios (Alva e Ceira), às aldeias, à Caça e à Pesca, aos percursos e aos desportos de aventura • Arganil tem um quadro de recursos naturais que lhe permite direcionar a aposta e construir progressivamente um produto turístico diferente e com dimensão crítica • Desenvolver os seguintes produtos turísticos: Turismo Cultural e Paisagístico (Aldeias Históricas, Aldeias do Xisto), Turismo em Espaço Rural e Turismo de Natureza 	<ul style="list-style-type: none"> • Pouco investimento no sector e pouca capacidade de afirmar uma imagem forte e atrativa do concelho a este nível

5.4.5. Riscos Ambientais

Para o FCD – Riscos Ambientais e para a concretização da presente proposta de revisão ao PDM, foram analisadas as oportunidades e as ameaças decorrentes das possíveis alterações que o plano permitirá concretizar no território.

Pretende-se desta forma analisar os aspetos positivos bem como os negativos resultantes da revisão do PDM de arganil (Quadro 22).

Quadro 22 - Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Arganil no que respeita ao FCD – Riscos Ambientais

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Valorização do património florestal • Cumprimento das ações expressas no PMDFCI de Arganil • Gestão do ciclo da água • Adoção de modelos de gestão industrial eco-eficientes e sustentáveis • Identificação de ineficiências de gestão de risco com oportunidade de melhoria 	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição da capacidade de infiltração por impermeabilização da área • Risco de incêndio florestal e sobre património edificado por ação antrópica • Risco de derrame e explosão em consequência das atividades a instalar na zona industrial e da gestão das mesmas • Risco de erosão • Risco de inundações resultado de eventos extremos • Abandono e desertificação

5.5. Diretrizes para Seguimento

As diretrizes para seguimento constituem orientações ou recomendações de carácter geral que podem contribuir para o acompanhamento dos efeitos esperados com a implementação da proposta de revisão do PDM de Arganil. É desejável que o processo de avaliação e monitorização da execução e implantação da proposta de revisão do plano constitua um processo contínuo e continuado ao longo do tempo.

5.5.1. Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

Com base nos indicadores identificados e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta de revisão do plano pode ter sobre estes, sugerem-se algumas recomendações que podem servir para atingir os objetivos de sustentabilidade definidos para o FCD “Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade”:

- Garantir um equilíbrio e uma articulação positiva na distribuição de atividades e de funções em todo o território;
- Defender em planos de maior pormenor, no processo de licenciamento e na execução do espaço público, a “construção” de uma imagem urbana mais atrativa;
- Identificar e resolver situações que provoquem eventuais conflitos de usos com o meio urbano;
- Assegurar a execução, qualificação e tratamento das áreas verdes e dos espaços públicos;
- Controlar a edificabilidade no Solo Rural e a instalação de funções que possam revelar incompatibilidades com a promoção e valorização do espaço agrícola;

- Estabelecer um correto ordenamento, utilização e gestão do território do município de Arganil, criando espaços urbanos e urbanizáveis devidamente estruturados e infraestruturados, que reflitam um equilíbrio e o respeito pelo sistema biofísico;
- Controlar e manter os raios de acessibilidade da população a cada um dos equipamentos, em níveis satisfatórios e adequados;
- Promover um progressivo aumento das taxas de cobertura de todas as infraestruturas, incluindo, as tecnológicas.
- Desenvolver uma base de dados da economia local, permanente e em constante atualização, que identifique a realidade do momento e proponha pistas de atuação ou de apoio ao processo de tomada de decisão;
- Criar condições que promovam a fixação da população jovem no concelho, nomeadamente em termos de emprego;
- Criar condições para a fixação de empresas no concelho, disponibilizando todas as infraestruturas e, em especial, as ambientais e as tecnológicas;
- Fomentar a organização de ações de formação profissional bem como a sua frequência, nas áreas de maior necessidade;
- Promover políticas de qualificação progressiva da população ativa desempregada;
- Definir um programa de afirmação de uma Imagem qualificada que suporte ações de marketing para atração e fixação de investimentos;
- Garantir boas condições de acessibilidade aos principais eixos viários regionais e nacionais (por exemplo o IP6 e EN17);
- Integrar redes colaborativas regionais nos domínios das novas tecnologias, economia, conhecimento e equipamentos e infraestruturas de índole regional;
- Desenvolver ações de sensibilização para a proteção da floresta;
- Promover a conservação e valorização da biodiversidade e do património natural, nomeadamente a Mata da Margaraça / Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor e os rios Ceira e Alva;
- Promover o desenvolvimento de projetos turísticos de forte componente ambiental e de natureza;
- Definir orientações para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas protegidas ou classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes;

- Incentivar e promover práticas e princípios de eco-eficiência na utilização dos principais recursos, como a água e a energia.

Concluindo, espera-se que esta proposta de revisão do PDM de Arganil contribua para promover níveis de dinâmica e de desenvolvimento económico municipal, invertendo a tendência de declínio própria de concelhos com acentuados níveis de interioridade.

Espera-se, ainda, que a execução da revisão do PDM de Arganil se assuma como exemplo de referência de um espaço planeado e ordenado, integrando as preocupações e os princípios que caracterizam os recentes modelos de urbanismo e de planeamento e de ordenamento do território. Espera-se com esta proposta de revisão do PDM potenciar a dinamização da economia local, melhorar a qualidade de vida das populações e fomentar a organização espacial do território.

5.5.2. Biodiversidade e Conservação da Natureza

As diretrizes de seguimento apresentadas pretendem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDM de Arganil, no que respeita à Biodiversidade e Conservação da Natureza:

- Assegurar a sustentabilidade turística através do estudo da capacidade de carga dos espaços naturais. Igualmente importante é o delineamento de regras cujo cumprimento garantem a preservação dos valores naturais e viabilidade dos vários recursos turísticos do concelho;
- Aquando da definição de novos trilhos e percursos pedestres, em áreas florestais com interesse conservacionista (RN2000), deverá ser efetuada uma confrontação entre os impactes sobre os valores naturais da região e os benefícios que tais iniciativas poderão ter na valorização do território e no turismo, seguindo as orientações de gestão para os diferentes *habitats*;
- Avaliar a eficiência dos elementos de divulgação, averiguando se a implementação dos mesmos contribuem de facto para a valorização dos valores naturais;
- Condicionar ou realizar uma avaliação efetiva dos efeitos na fauna e flora das construções de estradas, barragens, açudes ou mini-hídricas, canalizações de águas pluviais;
- Controlar a proliferação de espécies invasoras no concelho, particularmente em áreas de elevado valor ecológico;
- Promover a reflorestação de áreas florestais degradadas, com espécies autóctones, incrementando a valorização paisagística da região e garantindo novos refúgios de biodiversidade;

- Assegurar a preservação de galerias ripícolas essenciais à manutenção da qualidade da água e da biodiversidade nestes ecossistemas. Tal pode ser alcançado ao melhorar as condições das práticas agrícolas e condicionar ações de limpeza e corte de espécimes em áreas marginais aos cursos de água;
- Proceder à limpeza de áreas correspondentes a bermas de estradas onde se registem zonas de matos bastante densos, propícios à deflagração de incêndios;
- Como forma de valorizar o património e a identidade natural do concelho utilizar, em espaços públicos, espécies vegetais autóctones;
- Para áreas classificadas, aquando da implementação de eventuais projetos, estes deverão ter em consideração as “*condições e critérios de avaliação de incidências ambientais*” descritas para o Sítio PTCO051 – Complexo do Açor na “Ficha do Sítio”, em função do recomendado no PSRN2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de Julho), aplicando-se para a avaliação do impacte ambiental o procedimento definido no Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de Novembro.
- As situações sujeitas a Análise de Incidências Ambientais, são enquadradas pelo disposto no Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, devendo ser respeitado o indicado na tabela de condições e critérios de avaliação de incidências ambientais que se encontra divulgada para o Sítio PTCO051 – Complexo do Açor na “Ficha do Sítio”, em função do recomendado no PSRN2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de Julho).

5.5.3. Qualidade Ambiental

As diretrizes de seguimento pretendem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta revisão do PDM de Arganil no que respeita à qualidade ambiental.

Relativamente ao domínio “**Resíduos**” recomenda-se que se actue no sentido de:

- Aumentar a taxa de separação de resíduos, através da realização de campanhas de sensibilização ambiental dirigidas a vários tipos de público-alvo e do reforço do número de ecopontos;
- Assegurar que o surgimento de novas atividades económicas seja acompanhado pela implementação de um sistema de gestão de resíduos adequado, que responda às necessidades das unidades instaladas. As unidades industriais deverão ter em conta as boas práticas de

gestão de resíduos, considerando o Princípio da Responsabilização e deverão cumprir os princípios da gestão de resíduos relativamente à redução, reutilização, reciclagem e recuperação dos resíduos produzidos.

Ao nível dos sistemas de abastecimento de água, existem algumas medidas ao nível do **uso eficiente da água** que a Câmara Municipal deverá fomentar, nomeadamente:

- Promover o uso sustentável da água, através de ações de sensibilização dirigidas a diferentes tipos de público-alvo;
- Garantir intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água, no que diz respeito ao uso urbano (de acordo com as medidas previstas no PNUEA).

Relativamente ao **ruído**, é possível, através da análise efetuada ao mapa de ruído, definir o nível de ocupação do solo prevista para uma determinada zona, evitando a instalação de utilizações do tipo sensível (escolas, hospitais, entre outros) em áreas mais ruidosas, compatibilizando-se desta forma o uso do solo com os níveis de ruído existentes ou previstos.

Considerando que é previsível o aumento de tráfego rodoviário (decorrente da melhoria de diversas acessibilidades regionais e inter-regionais previstas), com emissão de poluentes para a atmosfera, nomeadamente emissão de CO₂, de modo a acautelar uma degradação da **qualidade do ar**, recomenda-se o seguinte:

- Fomentar a execução de projetos que contribuam para a mobilidade sustentável.

No que respeita à **energia**, recomenda-se que se atue no sentido de:

- Fomentar a implementação de sistemas industriais mais eficientes do ponto de vista energético;
- Fomentar a produção de energia a partir de fontes de energia renovável;
- Fomentar a realização de ações de sensibilização junto da população relativas à utilização eficiente da energia.

5.5.4. Património Cultural e Turismo

As diretrizes de seguimento pretendem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDM de Arganil no que respeita ao Património Cultural e Turismo. Neste sentido, o concelho de Arganil deverá tomar medidas no sentido de preservar o seu património natural e cultural, o que irá traduzir-se em mais-valias em termos turísticos para o concelho.

Relativamente ao domínio “**Identidade Histórica e Cultural**” recomenda-se que se atue no sentido de:

- Promover e valorizar o património arqueológico, arquitetónico e cultural;
- Promover ações de reabilitação do património cultural;
- Promover as tradições e os costumes populares do município.

No que respeita ao domínio “**Turismo**” recomenda-se que se atue no sentido de:

- Conservar o património natural e paisagístico;
- Promover iniciativas de educação/sensibilização/informação ambiental;
- Definir uma estratégia de desenvolvimento turístico, de recreio e lazer para o concelho.

5.5.5. Riscos Ambientais

As diretrizes de seguimento pretendem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDM de Arganil no que respeita aos Riscos Ambientais. As diretrizes para seguimento serão apresentadas por domínio, ou seja: risco de incêndio, contaminação florestal, inundação, acidentes industriais e erosão.

Medidas de acompanhamento a considerar face à probabilidade de ocorrência de **risco de incêndio**:

- Avaliação periódica do risco de incêndio no concelho e divulgação do mesmo;
- Implementação das medidas e ações estabelecidas nos planos de prevenção e combate a incêndios florestais e sobre património edificado (quer no que se refere a dotação de meios - pontos de água, equipas de prevenção, sistemas de alerta e combate, equipamentos disponíveis, etc. – ou realização de atividades específicas);
- Elaboração de relatórios de situações de risco e/ou emergência face à probabilidade/ocorrência de incêndio florestal ou sobre património edificado, com avaliação do espaço ardido (número

de acontecimentos, área ardida, edifícios afetados, população humana afetada), tempos de resposta dos meios de intervenção (min) bem como das perdas patrimoniais em consequência de incêndio (euros);

- Adoção de técnicas construtivas dos edifícios que contribuam para o aumento da resistência destes ao risco de incêndio.

Dever-se-á também garantir o cumprimento dos requisitos legais, nomeadamente no que se refere às obrigatoriedades estabelecidas no Regulamento Geral de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (RG-SCIE).

Medidas de acompanhamento a considerar face à probabilidade de ocorrência de **contaminação florestal**:

- Não sendo da responsabilidade da autarquia controlar este domínio, deve acompanhar e promover as ações que visem a identificação, controlo e minimização dos efeitos decorrentes de ações sobre os povoamentos junto das entidades responsáveis, nomeadamente da GNR.
- Poderá ainda desenvolver ações de informação e sensibilização junto dos operadores sobre estas fontes de contaminação bem como o seu comportamento, controlo e medidas de erradicação.

Medidas de acompanhamento a considerar face à ocorrência de **riscos de inundação**:

- Estabelecimento do zonamento do risco de inundação com identificação clara das fragilidades e condicionamentos daquelas zonas bem como estabelecimento de um plano de prevenção, alerta e minimização dos efeitos face à ocorrência de eventos desta natureza;
- Assegurar que áreas envolventes a zonas a intervencionar apresentem sectores permeáveis significativos, nomeadamente, assegurar a manutenção e/ou criação de espaços verdes, permitindo desta forma a infiltração da água da chuva;
- Estabelecimento de medidas de defesa contra o risco de inundação que visem a redução do escoamento (ex: construção de infra-estruturas, florestação, medidas de proteção do solo), a redução da duração (ex: instalação de sumidouros nas vias rodoviárias, estações de bombagem, etc...), entre outras e monitorização das mesmas;
- Os processos de licenciamento de obras devem assegurar que as intervenções nas linhas de água sejam amplas e não apresentem estrangulamentos por via de construção de travessias, para que a água que converge rapidamente para as depressões, oriundas das áreas adjacentes, tenha condições para uma rápida drenagem para os grandes cursos de água;

- As linhas de drenagem devem ser libertas de qualquer intervenção e limpas com alguma regularidade, pois poderão ser importantes durante episódios de forte intensidade de precipitação.

Medidas de acompanhamento a considerar face à probabilidade de ocorrência de **acidentes industriais** (risco de derrame, de explosão ou de incêndio):

- Garantir a articulação entre o PMDFCI e o PME.

6. Orientações para a Implementação de um Plano de Controlo

Para que a proposta de revisão do PDM de Arganil apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, importa que sejam definidas orientações para a implementação de um Plano de Controlo e que este seja concretizado e monitorizado.

Estas orientações para um Plano de Controlo apresentam os indicadores de sustentabilidade considerados pertinentes para a fase de acompanhamento e seguimento das diferentes fases de implementação do presente PDM, e podem ser consultadas no Capítulo 7 “*Orientações para a implementação de um Plano de Controlo*”, do Relatório Ambiental.

As metas estabelecidas deverão ser alcançadas, prevendo-se que a reunião de informação adicional possa conduzir à revisão, adição e/ou ajuste de novas medidas.

7. Quadro de Governança para a Ação

O quadro de governança para a ação constitui um suporte fundamental para o sucesso do processo de implementação da proposta de revisão do PDM de Arganil, uma vez que identifica as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na AAE, em todo o processo de implementação do próprio Plano.

Entendendo-se a governança *“como o conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia”* (Partidário 2007), pretendeu-se estabelecer um quadro de governança que garanta o cumprimento dos objetivos definidos para cada um dos FCD, bem como a concretização das diretrizes propostas.

São assim identificadas as entidades e os agentes com competências específicas na operacionalização, monitorização e gestão das ações previstas na futura implementação do PDM em avaliação (Quadro 23).

Quadro 23 – Quadro de Governança para a Ação

Entidades	Ações
Agência Portuguesa do Ambiente	- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Autoridade Florestal Nacional	- Manter atualizados e divulgar os relatórios provisórios dos incêndios florestais. - Acompanhar a fase de monitorização do Plano. - Garantir a avaliação e o controlo da contaminação florestal.
Autoridade Nacional de Proteção Civil	- Acompanhar a fase de monitorização do Plano. - Garantir o acompanhamento na articulação das orientações e das políticas regionais de proteção civil com o Plano Municipal de Emergência. - Colaborar na informação e divulgação dos riscos de cheias/inundação bem como de acidentes graves.
Administração da Região Hidrográfica do Centro	- Acompanhar a fase de monitorização do Plano. - Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água. - Dar cumprimento ao estabelecido no âmbito do Decreto-Lei n.º 115/2010 de 22 de Outubro, mantendo a informação atualizada e disponível. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
Administração Regional da Saúde do Centro, IP	- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	- Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade do ar. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade	- Monitorizar o estado de conservação dos valores naturais em Área Classificada. - Orientar operações de remoção de espécies não indígenas com carácter invasor em Área Classificada. - Promover a implementação de um Plano de Gestão para as áreas classificadas.
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro	- Estabelecer um programa de gestão dos efluentes agro-pecuários e agro-industriais integrado.
Direção Regional da Economia do Centro	- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Direção Regional da Cultura do Centro	- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Câmara Municipal de Arganil	- Desenvolver processos de participação pública. - Garantir a execução da solução urbanística do Plano de uma forma integrada no suporte biofísico. - Tratar os espaços não edificados e garantir um enquadramento paisagístico adequado. - Prestar apoio e informação ao nível da procura e oferta de emprego. - Promover ações de formação e valorização profissional. - Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PDM decorram de forma sustentável. - Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. - Desenvolver e promover ações de sensibilização e informação no âmbito das responsabilidades dos serviços de proteção civil municipal e do gabinete técnico florestal. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, SA	- Garantir e acompanhar a recolha dos resíduos recolhidos de forma seletiva e tratamento dos resíduos indiferenciados.
Águas do Mondego, SA	-Garantir e acompanhar o abastecimento de água bem como a drenagem e o tratamento das águas residuais na área de intervenção do Plano. -Garantir a qualidade da água para consumo.
Juntas de Freguesia	- Operacionalização de operações de gestão de resíduos. - Fomentar diferentes formas de participação pública.
População em geral	- Contribuir para o alcance das metas estabelecidas. - Participar ativamente nos processos de consulta pública.

8. Considerações Finais

O processo de Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de revisão do PDM de Arganil foi metodologicamente adaptado ao grau de maturidade dos trabalhos da proposta de revisão do PDM em análise.

A Avaliação Ambiental Estratégica desenvolveu a sua análise suportada em cinco Fatores Críticos de Decisão: “Ordenamento do Território, Competitividade e Desenvolvimento Regional”; “Biodiversidade e Conservação da Natureza”; “Qualidade Ambiental”; “Património Cultural e Turismo” e “Riscos Ambientais”.

No decurso da avaliação de cada FCD foi garantida a integração de objetivos de sustentabilidade identificados nos instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico para a AAE.

Ao nível das opções estratégicas da proposta de revisão do PDM denota-se a convergência com os objetivos propostos nos diversos instrumentos de cariz ambiental definidos no QRE, facto reforçado através do regulamento da proposta de revisão do Plano, obrigando ao cumprimento de determinadas medidas que garantam a sustentabilidade ambiental.

Na avaliação efetuada não foram evidenciados/identificados impactes ambientais negativos significativos que não possam ser alvo da aplicação de medidas de gestão ambiental, apresentadas nas orientações para a implementação de um Plano de Controlo.

Evidencia-se a importância do acompanhamento da implementação do PDM de Arganil em análise, através da atualização periódica do Plano de Controlo proposto, de forma a monitorizar a evolução dos principais indicadores de sustentabilidade, face às metas estabelecidas em documentos estratégicos, que poderão ter influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e na qualidade ambiental da área em análise.